

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO  
ESCOLA PAULISTA DE POLÍTICA, ECONOMIA E NEGÓCIOS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONOMICAS

KARLA DAMASCENO BALTAR

FIES, PROUNI E REUNI: uma análise sobre o papel dessas políticas públicas na  
inclusão social de jovens no ensino superior brasileiro

Osasco

2021

KARLA DAMASCENO BALTAR

FIES, PROUNI E REUNI: uma análise sobre o papel dessas políticas públicas na  
inclusão social de jovens no ensino superior brasileiro

Monografia apresentada à Universidade Federal de São  
Paulo como requisito para obtenção do grau em Bacharel  
em Ciências Econômicas.

Orientadora: Profa. Dra. Solange Ledi Gonçalves

Osasco

2021

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Unifesp Osasco  
e Departamento de Tecnologia da Informação Unifesp Osasco,  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

B197f BALTAR, Karla Damasceno  
FIES, PROUNI E REUNI: uma análise sobre o papel  
dessas políticas públicas na inclusão social de jovens no ensino  
superior brasileiro / Karla Damasceno Baltar. - 2021.  
57 f. :il.

Trabalho de conclusão de curso (Ciências Econômicas) -  
Universidade Federal de São Paulo - Escola Paulista de Política,  
Economia e Negócios, Osasco, 2021.

Orientador: Solange Ledi Gonçalves.

1. Educação superior. 2. REUNI. 3. PROUNI. 4. FIES. 5.  
Inclusão social. I. Gonçalves, Solange Ledi, II. TCC -  
Unifesp/EPPEN. III. Título.

CDD: 378

KARLA DAMASCENO BALTAR

FIES, PROUNI E REUNI: uma análise das políticas públicas para o ensino superior brasileiro nas duas últimas décadas e do possível impacto na inclusão social de seus beneficiários

Monografia apresentada à Universidade Federal de São Paulo como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Ciências Econômicas

Orientadora: Profa. Dra. Solange Ledi Gonçalves

Aprovado em: 25 de fevereiro de 2021

---

Profa. Dra. Solange Ledi Gonçalves

Universidade Federal de São Paulo

---

Profa. Dra. Luciana Rosa de Souza

Universidade Federal de São Paulo

Dedicado a todos que acreditam na ciência e na educação.

## RESUMO

A presente monografia apresenta os resultados de um estudo desenvolvido sobre as políticas públicas adotadas pelo Governo Federal Brasileiro entre os anos de 2000 e 2018, voltadas à expansão do ensino superior, bem como sobre a possibilidade de impactos diretos desses programas na inclusão social dos estudantes que são o público-alvo desses programas, visto o poder de transformação socioeconômica atribuído ao acesso à educação superior. Por meio de análises de dados estatísticos para o perfil demográfico e socioeconômico dos ingressantes no ensino superior via essas políticas, este estudo visa fazer inferências sobre as chances de mobilidade social desses jovens, utilizando para tal as informações disponibilizadas pelos Censos do Ensino Superior do INEP para os anos de 2009, 2013 e 2017 no estado de Minas Gerais. Destas informações, aplicam-se análises estatísticas descritivas, além de testes t de diferença de média.

Palavras-chave: Educação superior; REUNI; PROUNI; FIES; Inclusão social

## ABSTRACT

This paper presents the results of a study about the public policies adopted by the Brazilian government between 2000 and 2018 towards the higher education expansion, as well as its possible direct impact in the social inclusion of its target students, since the consensus about the possibility of social and economic transformation through education. Analysis of demographic and economic profile of the students benefited by the programs and their family are performed. Thus, this study tries to infer about the possible social mobility of these beneficiaries, observing the census for the superior education (Censo da Educação Superior) in Minas Gerais, Brazil, for 2009, 2013 e 2017. From these data, it was applied descriptive statistics analysis, besides t tests for average values. Keywords: Higher education. REUNI. PROUNI. FIES. Social inclusion.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	08
1. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	10
1.1. OS PROGRAMAS .....	10
1.1.1. FIES.....	10
1.1.2. PROUNI.....	11
1.1.3. REUNI.....	12
2. O CENÁRIO DO ENSINO SUPERIOR ANTES DA IMPLEMENTAÇÃO DOS PROGRAMAS.....	16
3. METODOLOGIA APLICADA E MATERIAL DE ANÁLISE.....	19
4. RESULTADOS.....	20
4.1 PARTICIPAÇÃO FEMININA .....	20
4.2 REPRESENTATIVIDADE RACIAL .....	24
4.3 INCLUSÃO ECONÔMICA-SOCIAL.....	27
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	31
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	33



## 1. Introdução

As primeiras duas décadas do século XXI é um período de expressivo incentivo do Governo Federal brasileiro à educação em nível superior, com expansão do acesso às instituições de ensino superior (IES) sem precedentes relatados na história brasileira, o que proporcionou a graduação de mais de 13 milhões jovens entre 2001 e 2018 (INEP, 2001-2018). Dentre todas as ações tomadas no período para aumento do percentual de brasileiros no ensino superior, escolheu-se estudar, na presente monografia, três programas desenvolvidos, a saber: o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), o Programa Universidade para Todos (PROUNI) e o programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), todos de abrangência nacional, os quais no ano de 2017 foram responsáveis por quase 25% do ingresso no ensino superior (INEP, 2017).

O FIES é o programa do Ministério da Educação que oferta financiamento de crédito estudantil à parcela da sociedade interessada em cursar o ensino superior em instituições privadas. Seu primeiro texto é da lei nº 10.260 de 12 de julho de 2001, mas quase toda sua redação atual data de 7 de dezembro de 2017, sob a lei nº 13.530. Já o PROUNI, é institucionalizado pela lei nº 11.096 de 13 de janeiro de 2005 e objetiva a concessão de bolsas de estudo integrais ou parciais em instituições privadas do ensino superior, também subsidiadas pelo Governo Federal (BRASIL, 2001, 2005, 2017).

Além disso, entre 2003 e 2012, foram criadas 18 novas universidades públicas federais, distribuídas em 173 novos *campi*, expansão essa que possibilitou o crescimento no número de vagas ofertadas em instituições federais de ensino superior em aproximadamente 111% (MEC, 2012). O programa que possibilitou essa expansão trata-se do REUNI, estabelecido por meio do Decreto 6.096 de 24 de abril de 2007, para auxiliar o cumprimento de uma das metas do Plano Nacional de Educação de oferecer vagas no ensino superior para pelo menos 30% dos jovens entre 18 e 24 anos até o ano de 2010 (MEC, 2012).

Por meio dos três programas citados, foram ofertadas pelo Governo Federal, direta ou indiretamente, mais de 9 milhões de vagas no sistema de educação superior em todas as unidades federativas do Brasil (INEP, 2017), nas últimas duas décadas.

Como apontado pela literatura, a educação superior é um caminho indispensável para a emancipação de uma economia e crescimento do bem-estar de uma população. Então, faz-se relevante discutir o quanto o fomento a ela tem cumprido seu objetivo, tanto para a sociedade

em geral, como individualmente, visto o papel da educação na “criação de oportunidades para a formação de uma nova consciência cidadã” capaz de superar o permanente ciclo da pobreza observado no Brasil, conforme a conclusão do artigo de Santos e Silva (2015).

Já segundo Aprile e Barone (2009), a educação superior no Brasil esteve voltada para os filhos das famílias da elite social e econômica, e mesmo com os programas de expansão, o ensino superior ainda parece reservado a um contingente restrito da população.

Diante da importância dos programas federais das últimas décadas, para a expansão do ingresso e conclusão do ensino superior, o objetivo principal desse trabalho é analisar o acesso que esses três programas de acesso ao ensino superior possibilitaram aos grupos menos favorecidos, questionando se é possível afirmar que grupos historicamente marginalizados e excluídos do ensino superior no Brasil foram, de fato, abarcados pelos programas. Além disso, por meio de análises estatísticas de comparação entre grupos favorecidos ou não por cada um dos programas, pretende-se fazer inferências sobre a capacidade de ascensão social desses grupos, dada a oportunidade de inserção no ensino superior, permitindo que esses jovens e suas famílias possam ter uma trajetória diferente da que seria esperada para grupos ingressantes no mercado de trabalho sem o ensino superior, ou que tivessem que acessar o ensino superior privado via pagamento integral de mensalidades, o que, com frequência exige que jovens pobres trabalhem e estudem simultaneamente.

## 2. Revisão Bibliográfica

### 2.1. Os programas estudados

#### 2.1.1. O Fundo de Financiamento Estudantil (FIES)

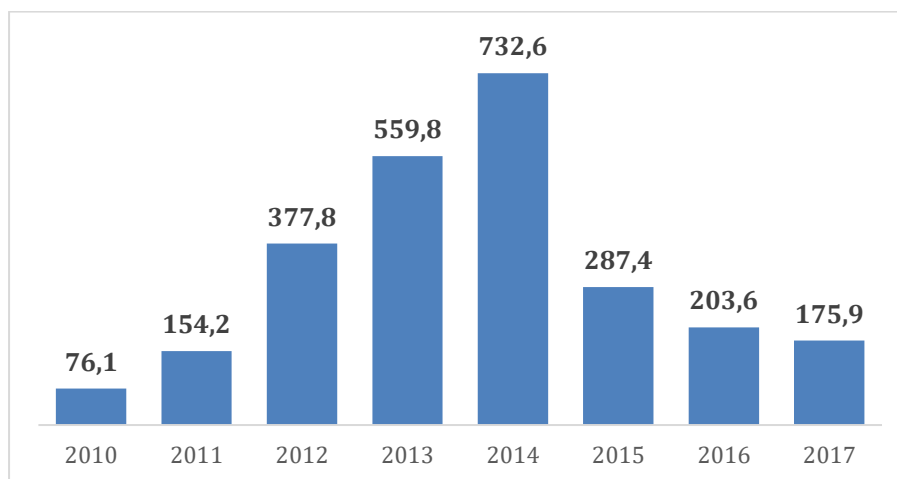
O primeiro programa estudado na presente monografia é o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), que consiste na concessão de financiamento estudantil à parcela da sociedade interessada em cursar o ensino superior em instituições não gratuitas com condições de financiamento mais favoráveis que as ofertadas pelo mercado bancário ou pelas próprias instituições de ensino. O programa garante ao estudante beneficiado que o curso superior desejado (incluindo programas de graduação, pós-graduação, mestrado e doutorado) seja custeado, em sua totalidade ou não, pelo MEC, ao longo do período de duração do mesmo. Após a conclusão do curso, quando se espera que o beneficiário já esteja alocado no mercado de trabalho, o saldo do financiamento é cobrado em parcelas a serem descontadas na folha de pagamento de salário do ex-aluno (BRASIL, 2001, 2017).

O FIES, conforme argumenta Fonseca (2018), contribuiu diretamente para a expansão de universidades privadas no país no período, atingindo, em 2017, 87% do total das instituições de ensino superior privadas brasileiras (INEP, 2017). Porém, concomitantemente a esse processo de expansão, visto por alguns autores como “democratização” do ensino superior no país, outros autores argumentam que o programa pode ter reforçado o elitismo das universidades públicas, cujo processo de seleção de seus alunos ainda apresenta maior rigor. Essa é a crítica que faz Gilioli (2017), que argumenta haver historicamente pouco rigor na escolha das IES e dos beneficiários participantes do programa. Segundo o autor, essa seleção tornou-se mais restritiva apenas quando houve restrição orçamentária na manutenção do programa, ou seja, só se decidiu por restringir a adesão de alunos e IES ao programa após a ampliação imoderada do FIES desencadear um dispêndio governamental maior que o previsto (GILIOLI, 2017, p. 212).

O Gráfico 1, abaixo, apresenta o total de contratos firmados pelo FIES ao longo do período 2010-2017. É possível observar que 2015 é o ano em que as vagas sofrem um acentuado declínio, relacionado as maiores restrições nas regras do programa, com a inclusão de critérios quanto à nota mínima de 450 no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) para elegibilidade

dos alunos ao programa, e nota 4 no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) para as instituições participantes.

Gráfico 1 - Total de contratos firmados pelo FIES entre 2010 e 2017 (em milhares)



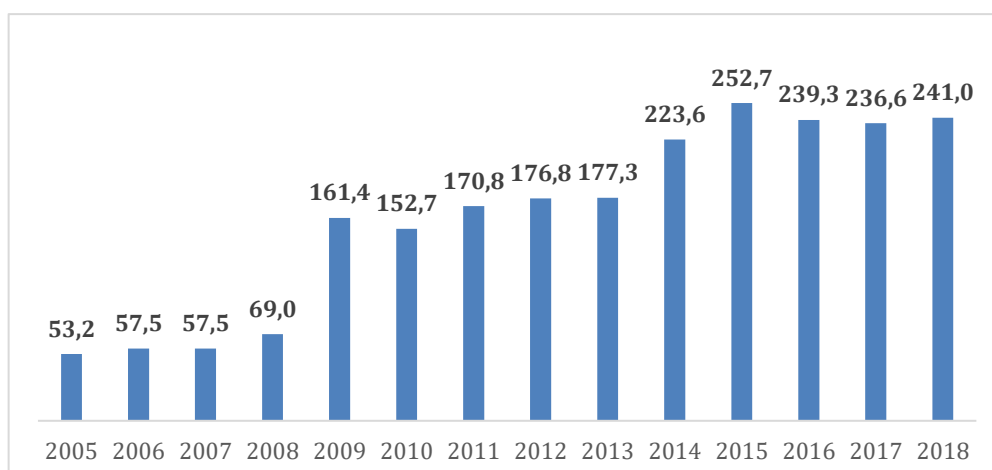
Fonte: Elaboração própria com base nos dados do FUNDEB.

Um estudo de Ehrl *et al.* (2016) mostra que o FIES possibilitou um aumento significativo do acesso ao ensino superior principalmente entre grupos historicamente marginalizados, como mulheres, pessoas não-brancas e indivíduos da região Nordeste, além de propiciar o acesso de pessoas que não dariam prosseguimento aos estudos sem o programa. Além disso, o autor mostra evidências estatísticas de que cursar o ensino superior com o auxílio do FIES causaria um aumento real de até 38% nos salários no mercado de trabalho, após a formatura do aluno.

### 2.1.2. O Programa Universidade Para Todos (PROUNI)

Em 2005, foi anunciado o Programa Universidade Para Todos (PROUNI), com o objetivo de conceder bolsas de estudo integrais ou parciais em instituições privadas do ensino superior subsidiadas pelo Governo Federal, assim como no caso do Fies, mas sem caráter de empréstimo, ou seja, sem custos futuros para o aluno beneficiado por uma bolsa integral, e com apenas o custo parcial (ao longo do período do curso) no caso da bolsa parcial. Diferentemente do FIES, entretanto, estão elegíveis ao PROUNI apenas pessoas ainda sem diploma de curso superior e com renda familiar de até no máximo um salário mínimo e meio per capita, formados no ensino médio público ou com bolsas de estudo no ensino médio privado (BRASIL, 2005).

Gráfico 2 – Total de bolsas concedidas pelo PROUNI entre 2005 e 2018 (em milhares)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do MEC

Para Carvalho (2006), o PROUNI surge com maior viés de “justiça social” que o FIES, possibilitando maior acesso de jovens ao ensino superior e apresentando maior potencial de inclusão de um público menos favorecido, principalmente ao considerar que o programa condiciona as IES participantes a direcionarem parte das vagas a estudantes portadores de necessidades especiais, negros e indígenas. Apesar disso, essa autora critica a atuação política em torno do programa, no que tange desde a isenção fiscal das IES participantes até ao fato de o programa ter surgido exatamente em um período de excesso de oferta de vagas nas IES privadas, alegando que o programa funcionaria mais como alternativa para diminuir a incerteza no setor de ensino privado, do que como uma ação de inclusão social (CARVALHO, 2006).

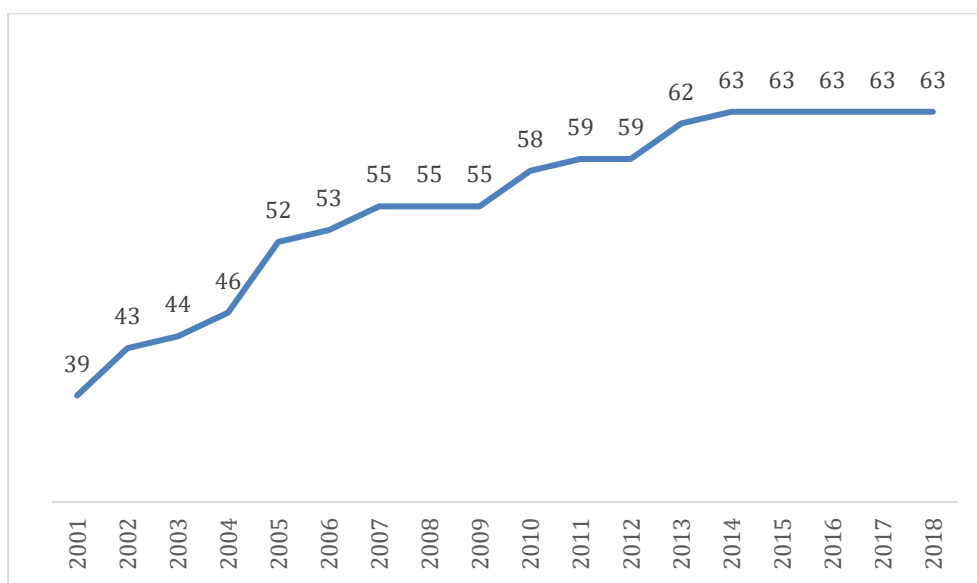
Assim como Carvalho (2006), Bastos (2014) apresenta relevantes críticas aos programas, mas assume ser inegável o papel do FIES e do PROUNI como difusores de vagas para grupos populacionais historicamente excluídos da educação superior no Brasil. É este também o argumento de Aprile e Barone (2009), que consideram a democratização do acesso às universidades via PROUNI uma ideia central na reforma universitária pela qual passou o Brasil, possibilitando que as oportunidades, antes acessíveis apenas aos privilegiados, cheguem também aos indivíduos menos favorecidos social e economicamente (APRILE e BARONE, 2009).

### 2.1.3. A Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)

Além dos dois programas já mencionados, entre 2003 e 2012, foram criadas 18 novas universidades públicas federais, distribuídas em 173 novos campi como parte do programa de

Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). O REUNI foi estabelecido para auxiliar o cumprimento de uma das metas do Plano Nacional de Educação de oferecer vagas no ensino superior para pelo menos 30% dos jovens entre 18 e 24 anos até o ano de 2010. Essa expansão possibilitou o crescimento no número de vagas ofertadas em instituições federais de ensino superior em aproximadamente 111%, envolvendo quase 10 bilhões de reais de investimento direto do Governo Federal no ensino superior público (MEC, 2012).

Gráfico 3 - Expansão do número de universidades federais (2001-2018)



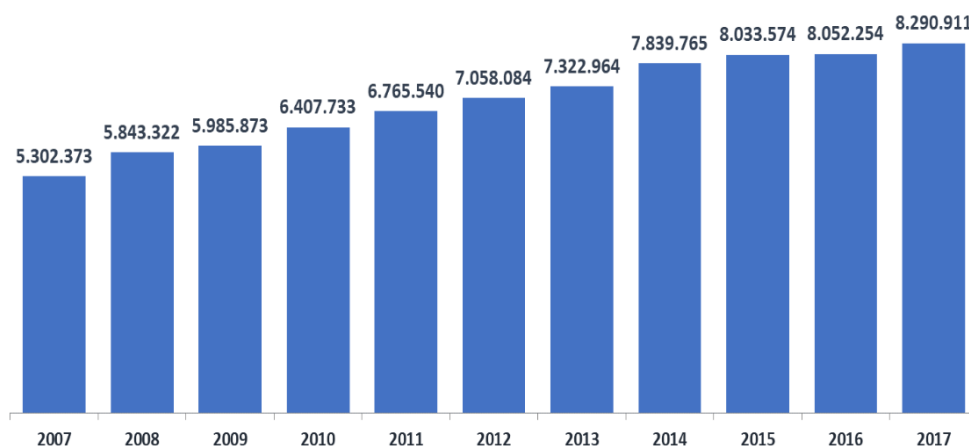
Fonte: Elaboração própria com base nos dados do FUNDEB.

Em um relatório do MEC sobre os resultados do REUNI entre os anos de 2003 e 2012, justifica-se o programa de expansão das universidades federais implementado pelo governo por dois motivos principais: i) o reconhecimento do papel da universidade como catalisador do desenvolvimento econômico e social de um país; e ii) as críticas quanto ao perfil elitista dos ingressantes nas universidades, mesmo a educação sendo compreendida como um direito constitucional a ser garantido a todos (MEC, 2012). Nas diretrizes gerais do REUNI, além da expansão pura e simples do número de vagas, o programa também priorizaria políticas de assistência e inclusão de alunos, possibilitando maior igualdade de oportunidades entre grupos de estudantes mais ou menos economicamente favorecidos (BRASIL, 2007).

No Gráfico 4, é possível identificar a ocorrência de um aumento expressivo, de cerca de 55%, no número total de matrículas no ensino superior entre 2007 e 2017, no Brasil, seja em

universidades públicas ou privadas, principalmente como reflexo direto dos programas escolhidos para este estudo.

Gráfico 4 - Número de matrículas na educação superior (graduação e sequencial), no Brasil (em milhões)



Fonte: INEP (2018)

Para Sampaio (2014), esse processo de expansão do ensino superior brasileiro é parte de um movimento mundial, em especial em países de grande população, o que deveria contribuir para a abrangência e diversidade dos matriculados. Segundo a autora, todo o sistema de ensino superior no Brasil é muito heterogêneo em atributos tais como região geográfica, orientação religiosa, antiguidade das instituições, cursos oferecidos e áreas do conhecimento, qualidade do ensino, tamanho dos estabelecimentos, dentre outros, principalmente quando é feita a comparação entre o setor privado e o setor público, mas que não necessariamente implica numa diversificação, visto o fenômeno da isomorfia, ou seja, a tendência natural de que as instituições se comportem de forma similar já que se encontram no mesmo ambiente .

Um exemplo prático da isomorfia é que, para os três formatos de incentivo ao ensino superior analisados neste trabalho, desde 2009, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) é utilizado como forma de avaliação e seleção dos alunos que se interessem em cursar o ensino superior, principalmente após a implementação do SISU, o Sistema Unificado de Seleção, conforme explicam Silveira, Barbosa e Silva (2015). O SISU contribuiu diretamente para a expansão e democratização do acesso às universidades federais e, ao se utilizar o ENEM como forma de avaliação, impulsiona uma reestruturação dos conteúdos aplicados no ensino médio. A partir disso espera-se duas consequências: a criação de um ambiente diversificado cultura e intelectualmente, ao permitir que estudantes de vários estados diferentes se candidatem a vagas

em uma universidade específica que não necessariamente se localize em seu estado de origem; e, dada uma boa elaboração da prova do ENEM, ser uma boa medida de avaliação também do ensino básico brasileiro (INEP *apud* BARBOSA, SILVA e SILVEIRA, 2015). Porém, a qualidade do exame do ENEM como instrumento para o processo seletivo para a universidade é frequentemente questionada, podendo se tornar apenas mais um instrumento de exclusão dos grupos menos favorecidos, como a maior parte dos vestibulares, e pouco colaborando com a mensuração da qualidade do ensino médio, ou mesmo sequer contribuindo com a diversificação dos alunos ingressantes (QUINALIA et al., 2013), exatamente como Sampaio (2014) argumenta.

Piovesan (2005), entretanto, elucida como a universidade, enquanto passaporte para ascensão social, é um espaço de poder, e que, para empoderar grupos sociais menos favorecidos, é necessário que se democratize o acesso destes ao espaço de poder. Saraiva e Nunes (2011) também defendem as universidades como essenciais na inclusão de grupos minoritários, garantindo o direito ao conhecimento de forma igualitária.

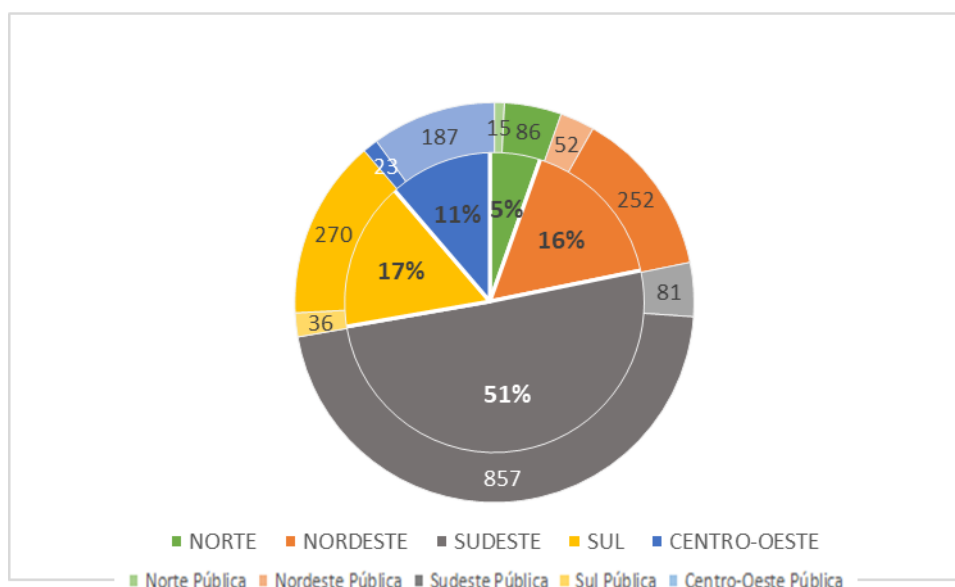
## 2.2. O cenário do ensino superior antes da implementação dos programas

Antes de analisar o papel dos programas de incentivo à educação superior, é importante entender o cenário anterior a aplicação dos mesmos. Este capítulo discorrerá sobre a abrangência das instituições de ensino superior e a diversidade dos alunos ingressantes e concluintes no ano de 2003.

Conforme explica Aguiar (2014), até o fim dos anos nos 1990 e início dos anos 2000, o Brasil vinha seguindo um modelo internacional de expansão do ensino superior, mas num ambiente nacional pouco condizente com essa relação, de forma que a educação superior apresentava características elitistas tanto em termos de acesso, quanto em termos das carreiras incluídas e a localização das instituições. Por exemplo, cerca de 35% das IES (incluindo universidades, centros universitários, faculdades integradas e centros de educação tecnológica) estavam distribuídas apenas entre as capitais brasileiras, metade delas alocadas na região sudeste do país, como aponta o Gráfico 5, a seguir (INEP, 2003).



Gráfico 5: Total de IES no ano de 2003



Fonte: Elaboração própria com dados do INEP.

Um estudo de Amaral et al. (2006) sobre a expansão das instituições privadas ao final dos anos 1990 mostra que apenas as famílias com rendimento superior a dez salários mínimos conseguiriam pagar por um curso superior numa instituição privada no país, minando a capacidade de diversificar o acesso das famílias (AMARAL et al., 2006). Também assim aponta Schwartzman (2002), ao salientar que, embora a demanda por vagas no ensino superior entre as famílias mais ricas tenha aumentado cerca de três pontos percentuais entre a década de 1990 e a virada para o segundo milênio, entre as famílias mais pobres a demanda chegou a retrair para menos de 1%. Já conforme Limongi et al. (2000), à época, a proporção de alunos de baixa renda no ensino superior era maior no setor público que no privado para todos os cursos, enquanto nas IES privadas, cerca de 75% dos estudantes apresentavam renda familiar mensal maior ou igual a 50 salários mínimos (LIMONGI et al., 2000).

Em 2003, se inscreveram para começar o ensino superior brasileiro presencial mais de 4,9 milhões de candidatos, ingressando de fato apenas cerca de 1,5 milhão, sendo mulheres pouco mais da metade (55%). Entre os concluintes do ano, as mulheres representavam 62%, e as proporções são muito próximas tanto na iniciativa privada quanto na pública (INEP, 2003). Porém, como aponta Schwartzman (1990), as mulheres enfrentavam, na virada do século, maior dificuldade para acessar cursos de maior prestígio, como medicina, direito e as engenharias nas escolas públicas que nas privadas (Limongi et al. (2000)).

Até o ano 2000, eram desconhecidos levantamentos em universidades quanto a identidade racial ou cor dos alunos inscritos, conforme salienta Guimarães (2003), e nem mesmo no Censo da Educação Superior de 2003 (INEP) existe levantamento quanto à raça dos estudantes do ensino superior. A única fonte de informação encontrada na pesquisa dessa monografia para este período quanto a este tópico é o levantamento “A Cor da Bahia”, realizado na Universidade Federal da Bahia, que pesquisou entre seis universidades federais a cor dos estudantes em 2000, conforme descrito no trabalho de Guimarães (2003). Por meio de pesquisas domiciliares do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o que pode ser observado é somente o percentual de jovens com ensino superior completo ou cursando, por raça/cor, mas não é possível compreender se esse jovem é beneficiário de alguma política para acesso ao ensino superior e se cursa o ensino superior em universidade pública ou privada.

Conforme aponta a Tabela 1 replicada por Guimarães em 2003, o percentual de alunos de cor negra nas universidades em questão não atingia a média populacional do estado da IES, com pelo menos dez pontos percentuais de déficit em todos os casos. Ou seja, mesmo na universidade em que há melhor representatividade de pessoas negras, ainda se trata de um percentual aquém do esperado, considerando a população total do estado. Dentre os estados com maior população negra, o déficit é ainda maior, chegando a mais de 35 pontos percentuais de diferença entre a população geral e o manifestado nas IES.

Tabela 1 - Distribuição dos estudantes segundo a cor para UFRJ, UFPR, UFMA, UNB, UFBA E USP - 2001

	UFRJ	UFPR	UFMA	UFBA	UnB	USP
Branca	76,8	86,5	47	50,8	63,7	78,2
Negra	20,3	8,6	42,8	42,6	32,3	8,3
Amarela	1,6	4,1	5,9	3	2,9	13
Indígena	1,3	0,8	4,3	3,6	1,1	0,5
Total	100	100	100	100	100	100
% Negros no estado	44,63	20,27	73,36	74,95	47,98	27,4
Déficit	24,33	11,67	30,56	32,35	15,68	19,1

Fonte: Pesquisa Direta. Programa A Cor da Bahia/UFBA, I Censo Étnico-Racial da USP e IBGE. Tabulações avançadas, Censo de 2000.

Fonte: GUIMARÃES, 2003, p 257.

A situação atual em termos do acesso às universidades no Brasil é muito diferente do cenário anterior às políticas estudadas na presente monografia. Nos últimos dados do Censo do Ensino Superior (INEP) disponíveis, para o ano de 2017, aponta-se um total de 2.448 IES, sendo apenas 12,1% dessas de gestão pública. Ofertam-se nas IES mais de 35 mil cursos diferentes,

entre bacharelado, licenciatura ou tecnólogo. Em 2017, ingressaram no ensino superior mais de 3,2 milhões de pessoas, 18% dessas em instituições públicas, ao passo que quase 1,2 milhão de estudantes (cerca de 20%) concluíram seus estudos no sistema público de ensino. Isso representa um aumento de mais de 100% no total de ingressantes desde 2003. O ENEM foi o instrumento de avaliação responsável por mais de 700 mil desses ingressos (cerca de 22%) (INEP, 2017).

Além disso, mais de 50% dos alunos matriculados no ensino superior em 2017 tinham até 24 anos. Quase 40% dos matriculados declarava ter a pele branca, contra os 32,5% de pretos e pardos (INEP, 2017). Em comparação com os dados do estudo “A Cor da Bahia”, mencionado anteriormente, observa-se de fato uma expansão do acesso de pessoas não-brancas ao ensino superior. No que tange ao acesso das mulheres, a proporção de estudantes se mantém nos 55%, ao longo do período analisado, próxima à proporção populacional do país. Elas também mantêm a representatividade de mais de 60% dos concluintes (INEP, 2017; IBGE, 2018).

### **3. Metodologia aplicada e material de análise**

Ao explorar a literatura e estudos realizados sobre a participação de grupos menos favorecidos no ensino superior via os programas de incentivo mencionados (PROUNI, REUNI e FIES), observa-se diferentes metodologias e resultados a serem considerados para auxiliar no alcance dos objetivos da presente pesquisa. Para investigar os programas de incentivo ao ingresso no ensino superior implementados nas primeiras duas décadas do segundo milênio, utilizou-se dos microdados desidentificados do Censo da Educação Superior (CES) disponibilizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) anualmente. Além disso, utiliza-se de outros estudos realizados anteriormente a esta monografia, conforme descrito nas referências bibliográficas deste documento.

O recenseamento é atualmente o instrumento de pesquisa quanto ao ensino superior brasileiro mais completo disponível. O levantamento utiliza de dados de diversos âmbitos do ensino superior (como por exemplo cursos, vagas, processos seletivos, alunos etc.) disponibilizadas no Sistema e-MEC pelas próprias instituições de ensino superior (IES) com o objetivo de subsidiar o Ministério da Educação com estatísticas quanto ao perfil e comportamento do ensino superior auxiliando em acompanhamento e avaliação de indicadores que possam fundamentar a formulação e implementação de políticas públicas, razão pela qual se opta por esta fonte de pesquisa.

Considerando o período de implementação dos programas FIES, PROUNI e REUNI, para o presente estudo foram utilizados três diferentes conjuntos de dados do CES, para os anos de: 2009, 2013 e 2017. A decisão quanto ao ano de 2009 dá-se por ser o primeiro ano em que os três programas estudados – FIES, PROUNI e REUNI – estão vigentes a pelo menos quatro anos, período médio de duração de um curso de bacharelado. O ano de 2013 foi escolhido também por estar a quatro anos de 2009, e por ser um ano em que os programas já estariam em fase mais avançada de implementação. Já 2017, trata-se do ano para o qual os dados do CES eram mais recentes, no início desta pesquisa. Além disso, em relação ao âmbito político, para estes anos, o Governo Federal esteve sob três gestões diferentes que, embora fosse mais de uma continuidade administrativa que de alternância de poder, abordaram de forma diferente a questão da educação superior, principalmente no caso dos três programas escolhidos para este estudo.

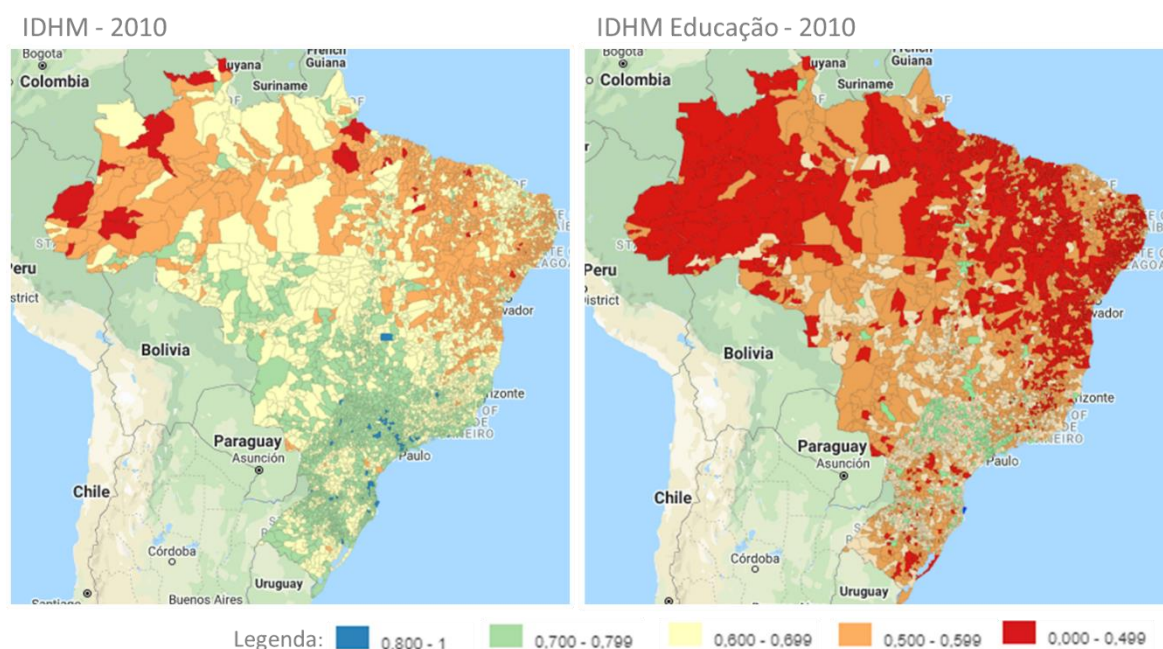
Os dados do CES disponibilizados pelo INEP são dispostos e organizados em cinco tabelas com informações específicas quanto ao ambiente universitário por ator do processo. Nesta pesquisa, utilizou-se de apenas dois conjuntos de dados, a saber: o DM\_IES, em que cada linha representa uma instituição de ensino superior do país e nas colunas, suas características; e o DM\_ALUNO, em que cada linha representa um aluno individualmente, com suas características dispersas nas colunas. Para esses dois conjuntos de dados, foi necessário fazer um pareamento dos dados pela variável 'CO\_IES' (que atribui um código-chave para cada uma das IES), de forma que as informações dos alunos estivessem atreladas às informações da IES em que estes estudam. Apenas para o ano de 2017 utilizou-se adicionalmente do conjunto de dados DM\_CURSO para trazer o nome do curso do aluno que, para os dados do CES daquele ano, não foi apresentado no conjunto de dados DM\_ALUNO.

Embora os programas de incentivo ao ingresso no ensino superior estudados na presente monografia sejam de abrangência nacional o conjunto de dados do CES para todo o país, e para os três anos de análise, apresenta tamanho elevado, o que poderia inviabilizar o trabalho com os dados e a geração das estatísticas apresentadas. Dessa forma, optou-se por trabalhar com um universo reduzido de dados, mas que pudesse representar de forma válida a dispersão e as características socioeconômicos destes alunos no país. Visto que este estudo pretende testar a hipótese de inclusão social de indivíduos via programas de incentivo ao acesso à educação superior, para tomar a decisão sobre qual unidade geográfica seria mais representativa dos alunos do território brasileiro, optou-se por analisar qual unidade federativa do país apresenta uma dispersão espacial do Índice de Desenvolvimento Humano para seus municípios (IDHM) mais aproximada da dispersão total do Brasil. O IDHM é um indicador de desenvolvimento de uma sociedade baseado em três dimensões: a expectativa de vida, o acesso à educação e conhecimento e o padrão de vida econômico de um determinado espaço social. O índice varia entre 0 e 1 e quanto mais próximo de 1, mais bem desenvolvido é o município (PNUD, IPEA e FJP, 2013). (O IDHM é calculado nos anos em que é realizado o Censo Demográfico. Dessa forma, 2010 é o último ano para o qual esse indicador foi calculado até o momento desta pesquisa.

A Figura 1, apresenta o mapa de dispersão do IDHM para o Brasil, disponibilizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) para o ano de 2010; bem como a dispersão do IDHM Educação, mensuração específica do IDHM que considera as

oportunidades de acesso à educação e conhecimento nos municípios brasileiros, para o mesmo ano.

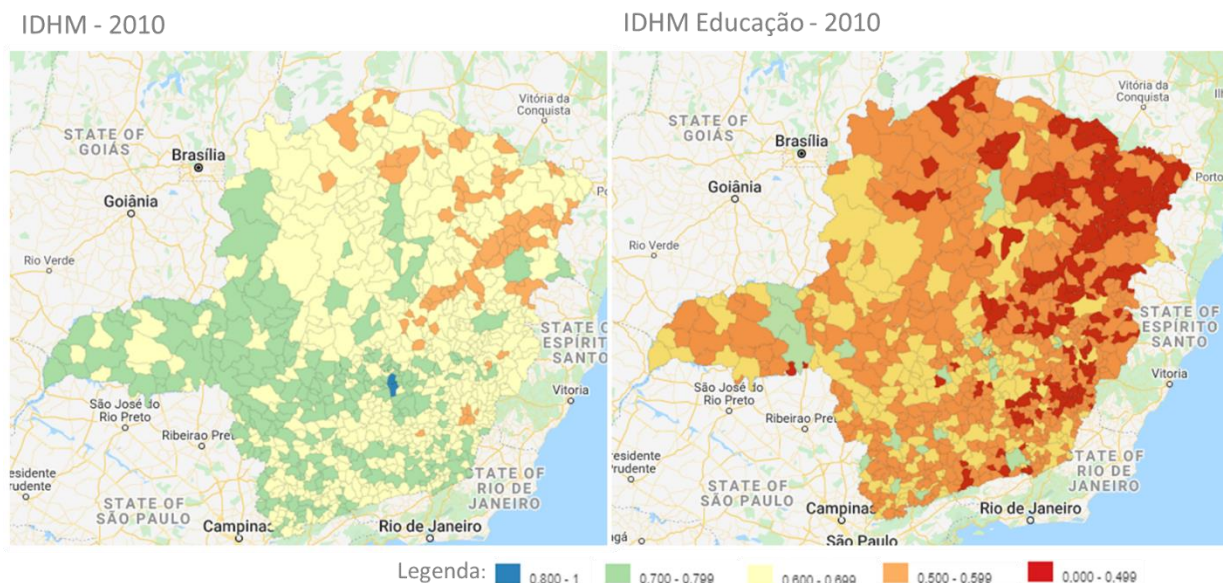
Figura 1 – Dispersão do IDHM e da dimensão de educação no Brasil (2010)



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. PNUD, IPEA e FJP. 2013.

Quando observado o mesmo mapa para o estado de Minas Gerais (Figura 2), percebe-se que esta é uma unidade federativa com dispersão de IDHM próxima à apresentada para o país como um todo. Ou seja, este seria um estado em que se observa alta variabilidade e dispersão do indicador IDHM, com a parte sul da UF apresentando indicador próximo ao das regiões Sudeste e Sul e a parte norte da UF apresentando indicador próximo ao observado para os municípios do Nordeste brasileiro. Tal proximidade foi determinante na escolha de estudar, para esta pesquisa, apenas os indivíduos residentes em Minas Gerais. Devido à limitação da base de dados do CES, que não dispõe da informação de endereço residencial dos alunos (apenas o município e estado de nascimento do aluno e o município e estado onde se localiza a IES), tomou-se como premissa neste estudo que os alunos residem no município e estado da IES em que estudam. Portanto, para avaliação da inclusão social de indivíduos no ensino superior no estado de Minas Gerais, analisou-se os dados disponíveis de estudantes das IES desta UF.

Figura 2 – Dispersão do IDHM e da dimensão de educação em Minas Gerais (2010)



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. PNUD, IPEA e FJP. 2013.

Para identificação dos alunos abarcados pelos programas, utilizou-se variáveis existentes nos conjuntos de dados do CES, e foram criadas variáveis binárias (*dummies*) para a participação em cada um dos programas.

Para identificar os alunos beneficiários do PROUNI, utilizou-se das variáveis IN\_PROUNI\_INTEGRAL e IN\_PROUNI\_PARCIAL para o CES de 2009, bem como as variáveis IN\_FIN\_NAOREEMB\_PROUNI\_INTEGR e IN\_FIN\_NAOREEMB\_PROUNI\_PARCIAL presentes do CES de 2013 e 2017. Por meio dessas variáveis, criou-se uma variável binária (*dummy*) denominada ‘\_PROUNI’, responsável por distinguir estes dos demais alunos não beneficiados pelo programa. Ou seja, nesse estudo, consideram-se alunos beneficiários do PROUNI todos os bolsistas do programa, abarcados com o financiamento integral ou parcial do valor do curso, a não ser quando discriminado especificamente no decorrer desta monografia.

Para identificar os alunos beneficiários do FIES, utilizou-se da variável IN\_FIES no CES de 2009 e IN\_FIN\_REEMB\_FIES para o CES de 2013 e 2017. Essas variáveis não requereram nenhum outro tratamento para sua utilização, sendo apenas replicadas na variável ‘\_FIES’.

Dado que o programa REUNI não implica na oferta de bolsa de estudo para alunos específicos, apenas na expansão de vagas através da criação de novas IES de gestão federal ou na ampliação das já existentes, não é levantado no CES se o estudante avaliado foi beneficiado por este programa. Para identificação destes, tomou-se como premissa que todos os estudantes das universidades federais criadas ao longo da implementação do REUNI são abarcados por esse programa. Dessa forma, para este estudo, os alunos beneficiados pelo REUNI no estado de Minas Gerais são aqueles matriculados na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (também conhecida como UFVJM, discriminada no CES sob o código 596) ou na Universidade Federal de Alfenas (a chamada Unifal – MG, registrada no CES do INEP sob código 595), ambas IES federais desenvolvidas pelo programa REUNI. Portanto, para a variável binária ‘\_REUNI’ são identificados todos os alunos matriculados nessas duas universidades. Não é possível identificar com exatidão o efeito do REUNI na expansão das universidades já existentes, portanto optou-se por considerar como beneficiários deste programa somente os alunos das universidades integralmente criadas por meio do programa.

Para estudar a inclusão social dos programas, escolheu-se focar no gênero, cor/raça e algumas características relacionadas ao ingresso e permanência do aluno na universidade que indiquem situação socioeconômica mais precária, conforme descrito a seguir.

Para o gênero do aluno utilizou-se as variáveis IN\_SEXO\_ALUNO disponível no CES de 2009 e de 2013, bem como a variável TP\_SEXO do CES de 2017. Nos três casos, os valores foram transformados na variável binária ‘\_SEXO’.

A cor e a raça dos alunos beneficiados foram baseadas nas variáveis CO\_COR\_RACA\_ALUNO, disponível nos CES de 2009 e 2013, e TP\_COR\_RACA, disponível no CES de 2017. Derivadas destas, foram desenvolvidas duas variáveis para estudar o poder de inclusão racial dos programas estudados, a chamada ‘\_PRETOPARDO’, que identifica os alunos recenseados como pretos ou pardos, e a variável ‘\_NAOBRANCOS’, que considera todos os alunos que se autodeclararam de cor/raça diferente de branco. Para ambas as variáveis criadas foram desconsiderados os casos marcados como ‘Não declarado’ ou ‘Não dispõe da informação’, sendo estes considerados como *missing* de modo a evitar vieses nas estatísticas.



No que tange aos demais indicadores de inclusão social, relacionados a algumas características do ingresso e permanência do aluno na universidade, utilizou-se variáveis já aplicadas em outros estudos que pudessem indicar a posição de um indivíduo na pirâmide econômica social, tais como: i) variável indicadora se o aluno ingressou por meio de vagas reservadas a alunos de baixa renda (a variável binária ‘\_RESERVARENDA’ criada a partir da variável IN\_RESERVA\_RENDA\_FAMILIAR disponível nos três censos aqui estudados) ; ii) variável indicadora se o aluno se utiliza de bolsas de auxílio à permanência oferecidas pela IES (variável ‘\_APOIO’, replicada da variável IN\_APOIO\_SOCIAL disponível nos três censos estudados); iii) variável indicadora se o aluno cursou o ensino médio em escola pública (variável ‘\_ESCOLAPUBLICA’, criada a partir da variável TP\_PROCEDE\_EDUC\_PUBLICA de 2013 e TP\_ESCOLA\_CONCLUSAO\_ENS\_MEDIO do CES de 2017. Esta informação não está disponível no CES de 2009); iv) em qual período do dia este aluno cursa o ensino superior, visto que, em geral, os alunos do turno noturno tendem a ter menor renda (para tal, criou-se a variável binária ‘\_NOTURNO’ a partir da variável CO\_TURNO\_ALUNO disponível no CES de 2013, e da variável TP\_TURNO do CES de 2017. Não há esta informação no CES de 2009).

Além disso, incluiu-se a variável binária ‘\_BENEFICIARIO’, que apresenta como 1 os alunos abarcados por qualquer um dos três programas mencionados neste trabalho, a partir das variáveis ‘\_REUNI’, ‘\_PROUNI’ e ‘\_FIES’; bem como a variável ‘\_NBENEFICIARIO’, a *dummy* contrária (ou seja, marca como 1 os alunos que não são beneficiários de nenhum programa). Estas variáveis são a ferramenta principal de validação se há de fato efeito dos programas sobre as variações de média das outras variáveis estudadas, garantindo que estas variações sejam estatisticamente significantes, ou seja, validar se os programas são eficazes na inclusão social e econômica destes alunos.

O Apêndice A deste documento apresenta o conjunto das variáveis utilizadas no estudo, incluindo todas as variáveis criadas para esta monografia (todas binárias). Com as descritas variáveis, aplicou-se o teste t de amostras independentes. O teste compara a diferença nas médias de dois grupos diferentes (portanto, em geral, se utilizam variáveis binárias) e verifica se a diferença entre as médias é zero, assumindo que as variâncias são iguais nas duas populações. A interpretação do p-valor é a mesma de outros testes do mesmo tipo.

## 4. Resultados

Após a realização do estudo da a literatura existente e de interesse dessa pesquisa, definiu-se algumas hipóteses a serem verificadas por meio de análises estatísticas e com os dados disponibilizados pelo CES. A principal hipótese é a de que os programas FIES, PROUNI e REUNI promoveriam maior acesso de grupos menos favorecidos ao ensino superior. Neste capítulo, observou-se três camadas de desigualdade – a de gênero, a de raça e a econômica-social – e buscou-se comprovar se os programas de incentivo ao acesso às IES de fato reduzem a lacuna de participação destes grupos no ensino superior.

### 4.1 Participação Feminina

No ano de 2009, no estado de Minas Gerais, estavam matriculados no ensino superior 631.793 alunos. Destes, 54,8% eram mulheres, uma representatividade próxima à média populacional.

Essa média deveria nortear a representatividade de mulheres nos cursos em geral, ou seja, seria esperado que em torno de 54% das matrículas em todos os cursos do ensino superior fossem de mulheres. Entretanto, conforme Schwartzman (1992) já havia argumentado em seus estudos no início da década de 1990, as mulheres não representam sequer metade das matrículas nos cursos de maior prestígio, principalmente quando observam-se as matrículas em IES públicas (Schwartzman, 1990), nem mesmo em 2009, quando os programas de incentivo já estão vigentes há pelo menos quatro anos. Nos três cursos mais procurados em Minas Gerais em 2009 as mulheres não atingem a proporção expressa no total de matrículas do ano (cerca 51% em Direito e Administração, e menos de 25% nos cursos de Engenharia). O cenário é ainda pior no que tange às matrículas nas instituições públicas. A literatura sobre desigualdade de gênero no país trata de ao menos dois mecanismos que podem estar por trás desse resultado: a menor participação das mulheres no mercado de trabalho e, dentre as mais pobres, esse abismo é ainda maior e a alocação das mulheres para cursos com menor viés de disciplinas exatas.

Replicando esta mesma análise para os programas de incentivo voltados às IES privadas (FIES e PROUNI), é possível verificar alteração na predileção dos cursos, mas a representatividade feminina parece seguir melhor a média da população, com as mulheres atingindo mais de 50% das matrículas em dois dos três cursos mais procurados em MG naquele

ano (Tabela 2), tanto para o FIES, quanto para o PROUNI. Além disso, já em 2009 observa-se maior participação feminina em geral nas inscrições do FIES, confirmando o que é encontrado nos estudos de Ehrl et al.. (2016).

Tabela 2 - Participação feminina nos cinco cursos mais procurados no ensino superior mineiro para o ano de 2009 dentre os beneficiários do FIES e do PROUNI

Nome Curso	FIES		PROUNI	
	% Matrículas	%Repr. Feminina no Curso	% Matrículas	%Repr. Feminina no Curso
DIREITO	18,8%	58,6%	14,7%	53,7%
ENGENHARIAS	12,4%	25,8%	14,9%	22,6%
ADMINISTRAÇÃO	8,7%	64,2%	14,3%	56,5%
PSICOLOGIA	4,5%	86,3%	4,4%	79,2%
FARMÁCIA	3,2%	75,3%	2,8%	71,0%
Total	100,0%	61,8%	100,0%	54,7%

Fonte: elaboração própria com base nos dados do CES-2009.

Conforme já mencionado no capítulo quanto à metodologia dessa pesquisa, para o estudo do programa REUNI, considerou-se como beneficiários deste programa os alunos da Universidade Federal de Alfenas (Unifal-MG) e da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVLM), que são as duas universidades federais fruto do programa de expansão em Minas Gerais. Os cursos mais procurados nessas escolas em 2009 eram consideravelmente diferentes do geral no estado, mas a representatividade feminina também se mostrava divergente da média, conforme disposto na Tabela 3. Em 2009, a forma de ingresso nas federais ainda era o vestibular regular (o ENEM só seria considerado instrumento em 2010), de forma que esse aumento na representação feminina pode ser atribuído apenas ao estabelecimento das IES e o consequente aumento das vagas. Assim como nas matrículas do PROUNI e do FIES, a representação feminina nos cursos mais procurados é maior entre as beneficiadas do REUNI, do que entre as mulheres do grupo de controle – não beneficiárias de qualquer um dos programas analisados.

Tabela 3 – Participação feminina nos cinco cursos mais procurados no ensino superior mineiro para o ano de 2009 dentre os alunos beneficiados do REUNI

Nome Curso	REUNI	
	% Matrículas	%Repr. Feminina no Curso
ODONTOLOGIA	10,1%	61,1%
FARMÁCIA	10,1%	72,7%
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	6,5%	68,1%
QUÍMICA	5,3%	61,8%
FISIOTERAPIA	4,1%	81,1%
Total	100,0%	59,5%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do INEP (2009).

A aplicação do teste t de diferença de médias para as proporções de homens e mulheres dentre os beneficiários de cada um dos três programas em 2009, nota-se significância estatística para a participação feminina entre os beneficiários do programa FIES e do REUNI, em comparação com o outro programa estudado. Esse resultado indica que esses dois programas podem apresentar um maior grau de inclusão de mulheres, nesse ano de análise. Além disso, é importante mencionar a existência de maior probabilidade de melhorar a participação de mulheres nas matrículas quando estas são abarcadas por qualquer um dos três benefícios aqui mencionados, em comparação ao grupo de mulheres não beneficiárias de nenhum dos programas

Tabela 4 – Teste t de diferença de médias para participação feminina dentre os beneficiários do FIES, PROUNI ou REUNI em MG no ano de 2009

Variáveis x Média	TOTAL	HOMEM	MULHER	Teste t	Signif.
FIES	0,5482	0,5446	0,6180	-25,2900	***
PROUNI	0,5482	0,5483	0,5473	0,4388	
REUNI	0,5482	0,5476	0,5949	-8,4147	***
TODOS OS BENEFICIÁRIOS	0,5482	0,5949	0,5723	-16,0921	***

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do INEP (2009).

Já em 2013, o total de alunos matriculados no ensino superior era de 840.379, um aumento de 33% em relação a 2009. Desse total, 24,2% estavam matriculados no ensino público, cerca de três pontos percentuais a mais que em 2009. O total de IES aumenta para 338 (+9,4%), embora tenha ocorrido uma redução no total de IES públicas com o fechamento principalmente de instituições municipais.

A participação feminina no ensino superior mineiro em 2013 era de 53,6%, próximo do observado em 2009. A participação feminina nas IES de gestão privada é expressivamente melhor que nas IES públicas, para quase todos dos dez curso mais procurados e, embora seja possível identificar alguma melhora nessa representação nas IES públicas para alguns cursos, não é consistente para todos os cursos.

Para os programas PROUNI e FIES, há evidência de melhora na representatividade em 2013 para os cursos mais procurados; em comparação com o ano de 2009, há maior participação feminina em quatro dos cinco cursos mais procurados por alunos do PROUNI (ver Tabela 5). Já para o FIES, mantém-se aproximadamente a média da população feminina mineira em 2013.

Importante apontar, porém, conforme observado na Tabela 5, que a participação feminina dentre os beneficiários do FIES e do PROUNI aparece bastante próxima do percentual apresentado no grupo de controle que não é abarcado por nenhum programa. Portanto, para determinar se estes dois programas afetam diretamente o aumento da participação feminina, novamente, aplicou-se o teste t de diferença de média para as proporções entre alunos homens e mulheres dentre os beneficiários, conforme Tabela 8.

Tabela 5 - Participação feminina nos cinco cursos mais procurados no ensino superior mineiro para o ano de 2013 dentre os alunos beneficiários do PROUNI e do FIES

Nome Curso	FIES		PROUNI		NÃO BENEFICIÁRIOS	
	% Matrículas	%Repr. Feminina no Curso	% Matrículas	%Repr. Feminina no Curso	% Matrículas	%Repr. Feminina no Curso
ENGENHARIAS	30,1%	33%	12%	35%	20%	30%
DIREITO	15,7%	60%	16%	53%	13%	54%
ADMINISTRAÇÃO	7,4%	64%	14%	62%	11%	53%
CIÊNCIAS CONTÁBEIS	3,4%	70%	8%	64%	4%	61%
PEDAGOGIA	2,4%	95%	4%	95%	5%	94%
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>54%</b>	<b>100%</b>	<b>60%</b>	<b>100%</b>	<b>53%</b>

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do INEP (2013).

Para o REUNI, as mulheres representavam mais de 58% das matrículas de 2013, um percentual mais elevado que o observado entre o grupo de estudantes de controle, que não são beneficiados por nenhum programa, conforme posto na Tabela 6. Entretanto, quando são considerados os cinco cursos mais procurados do programa (excluindo dessa lista os cursos multidisciplinares das IES em questão para que fosse possível haver comparação com outras

IES e programas), embora as mulheres representassem mais de 50% em quatro deles em 2013, essa participação não era necessariamente melhor que dentre as matrículas do grupo de controle.

Tabela 6 - Participação feminina nos cinco cursos mais procurados no ensino superior mineiro para o ano de 2013 dentre os alunos beneficiários do REUNI

Nome Curso	REUNI		NÃO BENEFICIÁRIOS	
	% Matrículas	%Repr. Feminina no Curso	% Matrículas	%Repr. Feminina no Curso
QUÍMICA	6,7%	58%	2%	60%
FARMÁCIA	5,3%	76%	1%	74%
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	5,3%	43%	0%	71%
ODONTOLOGIA	4,8%	69%	1%	70%
PEDAGOGIA	4,7%	88%	5%	94%
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>59%</b>	<b>100%</b>	<b>53%</b>

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do INEP (2013).

Quando são comparados os três programas no ano de 2013, é possível confirmar por meio de testes t, que os programas de incentivo ao ensino superior impulsionam em 2013 maior participação de mulheres nas matrículas, mais ainda que em 2009. Em 2013, como observado na Tabela 7, há maior probabilidade de encontrar uma mulher no ensino superior mineiro dentro do grupo dos beneficiários do PROUNI, FIES ou REUNI.

Tabela 7 - Teste t de diferença de médias para a influência do FIES, PROUNI e REUNI na inserção feminina no ensino superior mineiro em 2013

Variáveis x Média	TOTAL	HOMEM	MULHER	Teste t	Signif.
FIES	0,5367	0,5333	0,5573	-15,5690	***
PROUNI	0,5367	0,5350	0,6043	-19,6957	***
REUNI	0,5367	0,5358	0,5852	-12,6870	***
TODOS OS BENEFICIÁRIOS	0,5367	0,5307	0,5638	-23,4850	***

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do INEP (2013).

Em 2017, o percentual de mulheres no ensino superior mineiro atingia 53,7% dos 923.435 alunos. Quando observado o percentual apenas para os beneficiários do FIES, do PROUNI ou do REUNI, a participação feminina passa a quase 58%.

No ano mais recente do estudo, tanto para o FIES quanto para o PROUNI, as mulheres são a maioria dos estudantes em quatro dos cinco cursos mais procurados, embora isso também

seja verdade para o universo de alunos não abarcados por nenhum programa, conforme Tabela 8. Dentre os cursos mais procurados do REUNI (excluindo desta conta os cursos multidisciplinares para que fosse possível comparar com as estatísticas dos outros programas), todos eles têm maioria feminina, como observa-se na Tabela 9.

Tabela 8 – Participação feminina nos cursos mais concorridos ofertados pelo FIES e PROUNI para o ensino superior mineiro em 2017

Nome Curso	FIES		PROUNI		NÃO BENEFICIÁRIOS	
	% Matrículas	%Repr. Feminina no Curso	% Matrículas	%Repr. Feminina no Curso	% Matrículas	%Repr. Feminina no Curso
ENGENHARIAS	28%	35%	21%	36%	20%	30%
DIREITO	18%	62%	14%	55%	13%	54%
ADMINISTRAÇÃO	6%	63%	10%	57%	8%	53%
PSICOLOGIA	6%	83%	5%	76%	3%	79%
CIÊNCIAS CONTÁBEIS	3%	68%	6%	62%	4%	60%
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>58%</b>	<b>100%</b>	<b>56%</b>	<b>100%</b>	<b>53%</b>

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do INEP (2017).

Tabela 9 - Participação feminina nos maiores cursos ofertados nas IES do REUNI de MG em 2017

Nome Curso	REUNI		NÃO BENEFICIÁRIOS	
	% Matrículas	%Repr. Feminina no Curso	% Matrículas	%Repr. Feminina no Curso
ODONTOLOGIA	4,7%	68%	1,7%	71%
FARMÁCIA	4,3%	79%	1,4%	73%
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	3,9%	60%	0,5%	54%
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	3,7%	68%	1,7%	65%
PEDAGOGIA	3,5%	91%	5,0%	94%
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>57%</b>	<b>100%</b>	<b>53%</b>

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do INEP (2017).

Visto que, no grupo de controle que contempla alunos não beneficiados por nenhum dos três programas estudados nesta pesquisa, a participação feminina aparenta ter comportamento esperado de acordo com o universo para o ano de 2017, aplicou-se o teste t para garantir que há influência direta (e estatisticamente comprovável) dos programas na inserção de mais mulheres no ensino superior mineiro daquele ano, conforme observa-se na Tabela 10.

Tabela 10 - Teste t de diferença de médias quanto a participação feminina matriculada no ensino superior pelo REUNI, PROUNI ou FIES em MG em 2017

<b>Variáveis x Média</b>	<b>TOTAL</b>	<b>HOMEM</b>	<b>MULHER</b>	<b>Teste t</b>	<b>Signif.</b>
FIES	0,5397	0,5310	0,5834	-36,9534	***
PROUNI	0,5397	0,5379	0,5627	-12,4157	***
REUNI	0,5397	0,5390	0,5728	-9,0640	***
TODOS OS BENEFICIÁRIOS	0,5397	0,5276	0,5757	-39,5867	***

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do INEP (2017).

Ao que se consegue observar na população total do ensino superior mineiro nos três anos estudados, pode-se destacar que a participação feminina tende ainda a ser menor que o esperado em grandes cursos tradicionais, mesmo elas sendo maioria dentre os matriculados. Além disso, é possível verificar que os três programas estudados neste trabalho parecem aumentar a inclusão da parcela feminina de estudantes no ensino. A mais alta participação feminina é observada dentre os matriculados do FIES.

Além do já explicado pelos dados, é importante ressaltar que a participação feminina nos cursos está diretamente atrelada à divisão sexual do trabalho (HIRATA e KERGOAT, 2007), que justificaria a conceituação de profissões ditas femininas ou profissões ditas masculinas e, portanto, a participação de mulheres serem expressivamente maiores em nos cursos das ciências biológicas que nas engenharias, por exemplo (ARTES e RICOLDI, 2016). E, ainda assim, para os cursos com maior predileção feminina ou não, os programas de incentivo são bem-sucedidos em potencializar a participação das mulheres no ensino superior.

#### 4.2 Representatividade Racial

No que tange à raça dos estudantes matriculados, é importante se atentar a algumas questões para esta análise pois, como já mencionado, existe certa dificuldade na coleta desse tipo de dado. Visto que, para o levantamento do censo, a coleta dos dados é de responsabilidade da IES (que então divulga a informação ao INEP), a verificação quanto a raça dos alunos tende a ficar restrita às IES que se dispõem a fazê-la. Portanto, o censo do ensino superior de 2009 não conta com a informação de raça de quase 38% dos alunos, o de 2013 não informa a raça de 18% dos matriculados, percentuais bem maiores que o de 2017, que não dispõe de menos de 4% dos dados.



Porém, além da informação não disponibilizada pela IES, existe em MG especificamente um volume considerável de alunos que preferem não declarar quanto a sua raça ou cor: 39% em 2009, 30% em 2013 e 15,7% em 2017. Ou seja, em 2009 não se tem informação quanto a raça de mais de três quartos dos alunos matriculados; em 2013 estava disponível a raça de pouco mais da metade deles; e no CES de 2017 a situação melhora um pouco, passando a apresentar a informação de raça de pouco mais de 80% dos matriculados (INEP 2009, 2013, 2017).

Devido a essa dificuldade, para identificar a representatividade racial nas IES, deu-se atenção ao percentual de matriculados com raça declarada, ignorando os casos indisponíveis ou não declarados para o cálculo das médias aqui apresentadas, seja para os casos marcados na variável ‘\_PRETOPARDO’ quanto na variável ‘\_NAOBRANCO’, embora também se analise o percentual de informação disponível quando este for relevante ao modelo de programa estudado.

No ano de 2009, 61,6% dos alunos matriculados no ensino superior em MG que informaram sua raça se autodeclararam brancos e 35,2% se diziam pretos ou pardos. Quando observando essa divisão por administração da IES, a participação de alunos pretos e pardos é menor nas públicas, mas por poucos pontos percentuais.

Ao observar os alunos do PROUNI em Minas Gerais no ano de 2009, observa-se a informação de raça para um volume ainda menor de estudantes com raça declarada (cerca de 20%). Considerando apenas essa minoria, 46,5% dos alunos se declararam pretos e pardos, contra 50% dos brancos. Dentre apenas os alunos com a bolsa de estudos integralmente subsidiada do PROUNI, essa proporção estava invertida, sendo a metade dos alunos pretos e pardos, contra menos de 47% de alunos brancos (Tabela 11).

Tabela 11 – Distribuição por raça entre os alunos das IES de MG beneficiados pelo PROUNI em 2009

<b>Raça</b>	<b>Bolsa Integral</b>	<b>Bolsa Parcial</b>	<b>Total</b>
1. Branca	46,7%	55,7%	50,0%
2. Preta	12,5%	9,0%	11,4%
3. Parda	37,5%	31,3%	35,0%
4. Amarela	1,6%	3,6%	2,2%
5. Indígena	1,8%	0,4%	1,4%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do INEP (2009).

Também no FIES, o total de informação disposta no CES de 2009 não disponível atinge quase 80% dos dados, como no PROUNI. Dentre os dados disponíveis quanto a raça dos beneficiários do FIES, menos de 40% dos matriculados em 2009 se autodeclaravam negros ou pardos, ou seja, sendo o FIES menos inclusivo na questão racial que no mérito de gênero. Dentre os cursos mais procurados no FIES aquele ano, o percentual é menor ainda, atingindo pelo menos 50% de matriculados pretos e pardos em apenas um dos dez cursos mais populares (engenharias).

Quando comparados os alunos dos dois programas voltados ao subsídio de vagas nas IES particulares com os alunos que não se beneficiam de nenhum programa, a participação de matriculados autodeclarados não brancos é consideravelmente maior quando beneficiados pelo FIES ou pelo PROUNI, com a diferença de mais de dez pontos percentuais de negros ou pardos dentre os matriculados pelo PROUNI contra o grupo de não beneficiários, conforme é possível observar na Tabela 12.

No REUNI também a informação quanto a raça dos alunos em 2009 estava restrita a um quarto dos matriculados, mas isso não torna menos preocupante a informação de que apenas 12,4% dos alunos beneficiados pelo REUNI com raça declarada se diziam, em 2009, pretos ou pardos, principalmente se considerarmos que, segundo o Censo do IBGE de 2010, mais de 50% da população mineira se declarava preto ou pardo (IBGE, 2010). Em 2009, pelo menos, o REUNI não abarcava maior distribuição racial dos alunos do ensino superior, ao contrário, o percentual de alunos autodeclarados brancos era maior que em qualquer dos grupos aqui estudados (ver Tabela 12).

Tabela 12 – Distribuição por raça entre os alunos das IES de MG beneficiados pelo PROUNI, REUNI ou pelo FIES em 2009

RAÇA	PROUNI	FIES	REUNI	TOTAL BENEFICIÁRIOS	NÃO BENEFICIÁRIOS
1. Branca	55,7%	58,4%	87,2%	56,0%	62,4%
2. Preta	9,0%	8,1%	3,0%	9,6%	5,8%
3. Parda	31,3%	30,3%	9,4%	31,2%	28,5%
4. Amarela	3,6%	2,4%	0,3%	2,1%	1,6%
5. Indígena	0,4%	0,9%	0,1%	1,1%	1,7%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do INEP (2009).

O percentual de pessoas racializadas apresenta aparente dispersão significativa quando comparados os grupos deste estudo em MG em 2009, ou seja, não há, a olho nu, um padrão claro quanto a dispersão de alunos não brancos entre as matrículas, entretanto (assim como observado na Tabela 12) a Tabela 13 aponta evidência estatística mais que suficiente para atribuir aos programas o movimento de abarcar mais (como é o caso do PROUNI) ou menos (como era o REUNI na época) pessoas não brancas no ensino superior.

Tabela 13 – Teste t de diferença de médias para a influência dos programas PROUNI, REUNI ou e FIES na inclusão racial no ensino superior mineiro de 2009

<b>Média x Variáveis</b>	<b>BRANCOS</b>	<b>NÃO BRANCOS</b>	<b>Teste t</b>	<b>Signif.</b>
FIES	0,3827	0,4164	-5,3668	***
PROUNI	0,3746	0,5005	-26,2727	***
REUNI	0,3872	0,1278	22,3272	***
TODOS OS BENEFICIÁRIOS	0,3760	0,4399	-16,8235	***

<b>Média x Variáveis</b>	<b>OUTRAS DECLARAÇÕES</b>	<b>PRETOS E PARDOS</b>	<b>Teste t</b>	<b>Signif.</b>
FIES	0,3502	0,3838	-5,4502	***
PROUNI	0,3425	0,4645	-25,9552	***
REUNI	0,3544	0,1239	20,2080	***
TODOS OS BENEFICIÁRIOS	0,3435	0,4077	-17,2312	***

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do INEP (2009).

Em 2013, há uma considerável melhora no percentual de informação quanto a raça dos alunos, chegando a informar a raça de mais da metade dos alunos de ensino superior de MG. Desses que informaram sua raça, a representatividade de pretos e pardos saltou para 42,1% e, diferente de 2009, a participação destes nas IES de administração pública é maior que nas particulares (44,5% nas públicas contra 41,4% nas privadas).

Para o PROUNI mineiro de 2013, as bolsas integrais abarcavam mais alunos negros e pardos que as bolsas parciais (54% das integrais contra 40% nas parciais). Quando observando todos os beneficiários, o percentual atinge 43%, que não é o ideal ainda em comparação com o percentual de negros e pardos na população total do estado mineiro, mas é melhor que o percentual dos alunos que não são beneficiados por nenhum programa (40,7%).

Tabela 14 - Distribuição por raça dos matriculados no ensino superior mineira em 2013 via PROUNI

<b>RAÇA</b>	<b>PROUNI INTEGRAL</b>	<b>PROUNI PARCIAL</b>	<b>PROUNI TOTAL</b>	<b>TOTAL BENEFICIÁRIOS</b>	<b>NÃO BENEFICIÁRIOS</b>
1. Branca	45,1%	45,8%	45,7%	52,4%	55,7%
2. Preta	8,8%	11,6%	11,0%	9,2%	7,3%
3. Parda	43,7%	39,0%	40,0%	34,7%	34,4%
4. Amarela	1,9%	3,4%	3,1%	3,3%	2,3%
5. Indígena	0,4%	0,2%	0,2%	0,3%	0,3%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do INEP (2013).

O FIES apresenta em 2013 alguma melhora na representatividade racial em comparação com 2009, atingindo 44,9% de pardos e negros entre os matriculados no ensino superior via este programa (dentro o total de indivíduos que dispunham da informação quanto a raça), além de ser um percentual melhor também que aquele no universo de alunos abarcados por qualquer dos três programas estudados nesta monografia, conforme observa-se na Tabela 15.

Tabela 15 - Distribuição por raça dos matriculados no ensino superior mineiro em 2013 através do FIES

<b>RAÇA</b>	<b>FIES</b>	<b>TOTAL BENEFICIÁRIOS</b>	<b>NÃO BENEFICIÁRIOS</b>
1. Branca	51,3%	52,4%	55,7%
2. Preta	9,6%	9,2%	7,3%
3. Parda	35,3%	34,7%	34,4%
4. Amarela	3,4%	3,3%	2,3%
5. Indígena	0,3%	0,3%	0,3%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do INEP (2013).

Para o REUNI em 2013, há uma melhora significativa quanto ao percentual de pessoas negras e pardas estudantes da Unifal-MG e da UFVJM, atingindo 31,3%, o que ainda não condiz com realidade racial da população da região (IBGE, 2010) mas indica uma aproximação da média esperada. A participação de alunos brancos, entretanto, ainda é a maior para os alunos do REUNI quando comparando os três programas e até mesmo com o grupo de controle, como se observa na Tabela 16.

Tabela 16 - Distribuição por raça dos matriculados no ensino superior mineira em 2013 via FIES, PROUNI ou REUNI

<b>RAÇA</b>	<b>PROUNI</b>	<b>FIES</b>	<b>REUNI</b>	<b>TOTAL BENEFICIÁRIOS</b>	<b>NÃO BENEFICIÁRIOS</b>
1. Branca	45,7%	51,3%	65,3%	52,4%	55,7%
2. Preta	11,0%	9,6%	5,4%	9,2%	7,3%

3. Parda	40,0%	35,3%	25,9%	34,7%	34,4%
4. Amarela	3,1%	3,4%	3,3%	3,3%	2,3%
5. Indígena	0,2%	0,3%	0,1%	0,3%	0,3%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do INEP (2013).

Considerando o ensino superior mineiro em 2013, é notável o potencial do PROUNI em incluir mais alunos não brancos no ensino superior mineiro em comparação com os outros grupos avaliados, principalmente na inclusão de alunos autodeclarados pretos ou pardos, de forma estatisticamente significativa (ver Tabela 17), bem como é possível notar ainda a relação direta do REUNI com a exclusão destes.

Tabela 17 – Teste t de diferença de médias para influência dos programas PROUNI, REUNI e FIES na inclusão racial no ensino superior mineiro de 2013

Média x Variáveis	BRANCOS	NÃO BRANCOS	Teste t	Signif.
FIES	0,4427	0,4873	-16,3136	***
PROUNI	0,4473	0,5433	-20,3194	***
REUNI	0,4523	0,3470	21,0880	***
TODOS OS BENEFICIÁRIOS	0,4433	0,4757	-17,1863	***

Média x Variáveis	OUTRAS DECLARAÇÕES	PRETOS E PARDOS	Teste t	Signif.
FIES	0,4160	0,4495	-16,3136	***
PROUNI	0,4190	0,5103	-19,4799	***
REUNI	0,4240	0,3133	22,3324	***
TODOS OS BENEFICIÁRIOS	0,4169	0,4392	-11,9360	***

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do INEP (2013).

Já em 2017, o Censo do Ensino Superior do INEP apresentava, para o estado de Minas Gerais, a informação quanto a raça de mais de 80% dos matriculados. Neste grupo, 50,4% se autodeclarava branco, contra 47,5% que se autodeclaravam pretos ou pardos, percentual muito próximo tanto no universo de alunos de IES públicas quanto das privadas. Comparando com os dois censos anteriores, o ano de 2017 é o que apresenta melhor inserção de alunos não brancos no ensino superior, mesmo quando observando o grupo de alunos que não são abarcados por nenhum dos três programas escolhidos neste trabalho.

O PROUNI em 2017, diferente dos anos anteriores, abarca mais estudantes pretos e pardos dentre as bolsas parciais (59,4%) que nas integrais (59%), ainda que por pouca diferença.

É também o programa com menor percentual de alunos brancos (39%) dentre os três, menor inclusive que o percentual apontado quando se observa o universo total de alunos beneficiários; bem como é o programa com maior participação de alunos declarados pretos (12,2%), superando até mesmo a representação destes na população geral mineira (que era de 9,2% em 2010) (IBGE, 2010).

O FIES apresenta significativa melhora no percentual de pessoas pretas ou pardas em seu programa no ano de 2017 em comparação com os dois censos anteriores mencionados, passando de um percentual de 38,4% em 2009 para quase 53% em 2017. Além disso, neste ano o FIES é o programa dentre os três aqui estudados que mais engloba alunos amarelos e indígenas (2,4% de seus beneficiários). Porém, ao mesmo tempo, é o programa com maior percentual de alunos brancos (44,7%).

Em paralelo, o REUNI apresenta em 2017 pouco mais de 40% do seu quadro de alunos autodeclarados brancos, diferente de 2013 e muito distante do quadro de 2009. Mais de 45% de seus beneficiários (sem perder de vista que, mesmo em 2017, para este estudo considerou-se beneficiário do REUNI apenas os alunos da UNIFAL-MG e da UFVJM) que se autodeclararam pardos. Em comparação com o grupo de alunos do ensino superior mineiro que não utilizam de nenhum dos três programas, o REUNI tem percentual menor apenas entre alunos brancos e indígenas, conforme disposto na Tabela 18.

Tabela 18 - Distribuição por raça dos matriculados no ensino superior mineiro em 2017 via FIES, PROUNI ou REUNI

<b>RAÇA</b>	<b>PROUNI</b>	<b>FIES</b>	<b>REUNI</b>	<b>TOTAL BENEFICIÁRIOS</b>	<b>NÃO BENEFICIÁRIOS</b>
1. Branca	39,1%	44,7%	40,4%	42,9%	53,0%
2. Preta	12,2%	10,9%	11,9%	11,3%	8,7%
3. Parda	47,0%	42,1%	45,7%	43,6%	36,3%
4. Amarela	1,5%	2,1%	1,9%	1,9%	1,7%
5. Indígena	0,2%	0,3%	0,1%	0,3%	0,3%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do INEP (2017).

No ano de 2017, a chamada Lei de Cotas (a ser mencionada com mais detalhes no item 4.3 deste texto) já estava consolidada há tempo suficiente para apresentar resultados quanto a seu propósito de aumentar a inclusão de grupos desfavorecidos no ensino superior. Além disso, é importante apontar que, tanto para o Sisu, que se tornou o processo seletivo oficial de ingresso

nas universidades federais (ou seja, para alunos serem abarcados pelo REUNI), como para o PROUNI e para o FIES, os alunos autodeclarados pretos e pardos recebem certa pontuação adicional aos critérios de avaliação como ação afirmativa para incluir ainda mais estudantes marginalizados nos programas. Isso pode ter contribuído diretamente no aumento expressivo de pessoas racializadas nos programas aqui estudados entre 2013 e 2017, bem como, inclusive, no grupo de alunos que não foram favorecidos por nenhum deles.

Mesmo assim, para um aluno não branco, a chance de acessar o ensino superior mineiro em 2017 era muito maior se este fosse favorecido pelo PROUNI, pelo REUNI ou pelo FIES, do que sem ajuda de nenhum deles, como apontado pelo teste t disposto na Tabela 19.

Tabela 19 – Teste t de diferença de médias para a influência dos programas PROUNI, REUNI e FIES na inclusão racial no ensino superior mineiro de 2017

Variáveis x Média	BRANCO	NÃO BRANCO	Teste t	Signif.
FIES	0,4844	0,5529	-43,9668	***
PROUNI	0,4860	0,6086	-57,2739	***
REUNI	0,4933	0,5964	-27,1707	***
TODOS OS BENEFICIARIOS	0,4697	0,5705	-76,2845	***

Variáveis x Média	OUTRAS DECLARAÇÕES	PRETO OU PARDO	Teste t	Signif.
FIES	0,4647	0,5294	-41,5254	***
PROUNI	0,4654	0,5915	-58,9790	***
REUNI	0,4730	0,5761	-27,2132	***
TODOS OS BENEFICIARIOS	0,4498	0,5491	-75,2466	***

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do INEP (2017).

#### 4.3. Inclusão Econômica-Social

O Censo da Educação Superior não conta com informações específicas quanto à renda dos alunos, ou sobre a família destes. Para buscar de alguma forma inferir sobre as características econômicas desses alunos dentro e fora dos programas mencionados, optou-se por adotar algumas premissas que utilizam dos dados disponíveis para mostrar mais informações que as disponíveis.

A primeira premissa assumida aqui, e provavelmente a mais relevante ao longo desta seção do estudo, é considerar os alunos advindos do ensino médio cursado em escola pública como socialmente incluídos no ensino superior. A segunda premissa assume como economicamente fragilizados os alunos que ingressaram no ensino superior favorecidos por cotas que incidem sobre a renda. Também foram avaliados os alunos que recebiam algum tipo de bolsa ou auxílio de permanência no curso e, por fim, a distribuição destes alunos nos turnos de oferta de aulas.

Nesse primeiro momento, estudando PROUNI E FIES, é importante ressaltar que no próprio regulamento dos programas constam regras quanto à renda dos alunos a serem beneficiados. Para o PROUNI em 2009, poderiam se inscrever apenas estudantes com renda familiar per capita de até no máximo três salários mínimos (MEC, 2008), que equivalia a R\$1395 da época (BRASIL, 2009). Em 2013, esse teto chegava a no máximo R\$2034 (BRASIL, 2012), bem como atingia o teto de R\$2811 em 2017 (BRASIL, 2016). Para o FIES, em 2009 os alunos abarcados pelo programa deveriam ter renda familiar per capita máxima de 2,5 salários mínimos (BRASIL, 2001), mas atualmente abarca beneficiários com renda de até cinco salários para bolsas parciais (MEC, 2018).

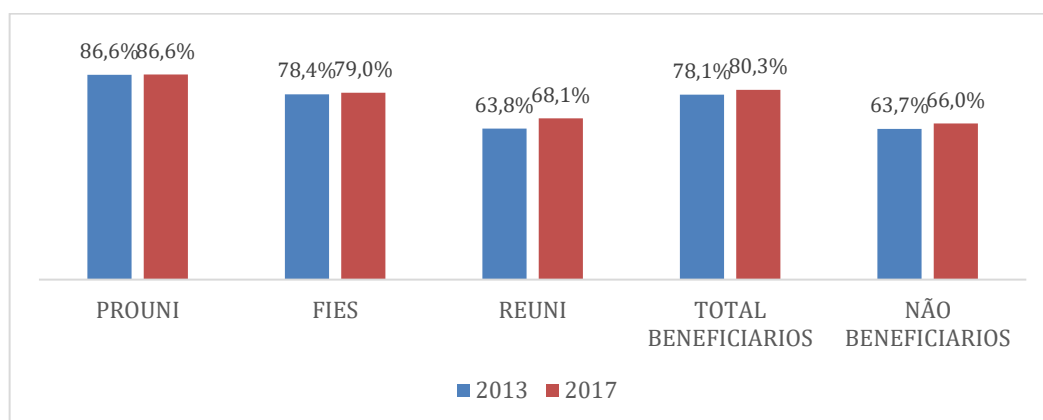
Nesse sentido, considera-se de baixa renda todos os beneficiários destes dois programas, visto que, para 2009, 2013 ou 2017, nenhum deles estaria elegível ao programa caso sua renda familiar fosse maior que cinco salários. Ainda que cinco salários mínimos, mesmo em 2017, pareça uma renda deveras alta para considerar estes alunos como de baixa renda, esse rendimento de até R\$ 4.685 inclui aproximadamente 90% da população mineira (PNAD 2016), ou seja, não se trata de um grupo privilegiado. Dessa forma, apenas dessa restrição presente no próprio processo seletivo do FIES e do PROUNI, já é possível assumir certa inclusão de pessoas mais pobres no ensino superior causada por estes.

Além de já considerar a renda nos critérios de avaliação para elegibilidade ao programa, o PROUNI exige que o aluno tenha cursado o ensino médio em escola pública ou, no caso de ter cursado em escola particular, que tenha sido como bolsista, ou seja, não tenha financiado o ensino médio com recurso próprio. No CES de 2009 não consta se o aluno cursou o ensino médio em escola pública, porém, para o ano de 2013, menos de 15% dos beneficiários do PROUNI eram advindos de escolas privadas, muito próximo do percentual de 2017. O FIES, apesar da regra de renda familiar, não é exclusivo para estudantes formados no ensino médio



público, mas ainda assim, apenas cerca de 21% de seus beneficiários em 2013 eram oriundos do ensino médio privado, bem como em 2017. Em ambos os programas, nos dois censos em que há informação da escola do ensino médio, há mais alunos formados na escola pública (cerca de 85% no PROUNI e 79% no FIES) que no universo total de alunos do ensino superior mineiro (cerca de 70%) e que no grupo de alunos que não se beneficiam de nenhum programa (por volta de 65%), conforme disposto no Gráfico 6.

Gráfico 6 – Percentual de alunos advindos do ensino médio público matriculados no ensino superior mineiro pelo PROUNI ou FIES para 2013 e 2017



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do INEP (2013, 2017).

No que tange aos alunos que cursaram o ensino médio em escola pública e depois ingressaram o ensino superior por meio do REUNI, é importante apontar que, assim como no FIES, as vagas não são exclusivas para alunos oriundos da escola pública, mas em seu processo seletivo (o SISU, que se utiliza da nota do ENEM – ver item 2.1.3 deste texto) os alunos nessa condição recebem uma pontuação a mais como forma de incluir mais alunos marginalizados dentre os beneficiários.

Entretanto, diferente do FIES, ser aluno do ensino médio em escola pública não implica necessariamente em maior chance de ser estudante abarcado pelo REUNI. Como observado no Gráfico 6, a média de participantes do REUNI advindos da escola pública é muito próximo à média do grupo que não é beneficiado por nenhum programa (cerca de 63% em 2013 e 67% em 2017). Inclusive, de acordo com o Teste t apresentado na Tabela 20, há mais chance de ser um estudante do REUNI se o aluno estudou o ensino médio numa escola particular que numa pública.

Tabela 20 – Teste t de diferença de médias para a influência dos programas PROUNI, REUNI e FIES na inclusão de alunos do ensino médio público no ensino superior mineiro em 2013 e 2017

<b>Média em 2013</b>	<b>ESCOLA PARTICULAR</b>	<b>ESCOLA PÚBLICA</b>	<b>Teste t</b>	<b>Signif.</b>
FIES	0,6423	0,7836	-90,1877	***
PROUNI	0,6585	0,8659	-58,6798	***
REUNI	0,6644	0,6383	5,3545	***
TODOS OS BENEFICIÁRIOS	0,6372	0,7813	-99,4005	***

<b>Média em 2017</b>	<b>ESCOLA PARTICULAR</b>	<b>ESCOLA PÚBLICA</b>	<b>Teste t</b>	<b>Signif.</b>
FIES	0,6771	0,7900	-86,1458	***
PROUNI	0,6819	0,8664	-100,0000	***
REUNI	0,6963	0,6813	4,2630	***
TODOS OS BENEFICIÁRIOS	0,6599	0,8025	-130,0000	***

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do INEP (2013, 2017).

Conforme já mencionado, como terceira premissa, observou-se os alunos que recebiam algum tipo de apoio financeiro para a permanência do aluno no curso. Em 2009, por exemplo, dos alunos matriculados no ensino superior mineiro via PROUNI, pouco mais de 700 deles contavam com algum apoio financeiro, entre apoio para moradia, transporte, material didático, entre outros. Para o FIES, esse número era de cerca de 350 alunos. Para os dois casos, o maior número de apoios são os chamados de “cunho social”. Não representam muito das matrículas (menos de 2% para cada programa, contra a média 3,8% no total de matrículas no ensino superior mineiro em 2009), mas são relevantes quando se sabe que, naquele ano, mais de 70% desse tipo de apoio se concentrava em alunos de IES de administração pública, ou seja, não abarcados pelo FIES ou pelo PROUNI.

Em 2013, o total de alunos apoiados mantém cerca de 350 no PROUNI, mas alcança quase 3700 no FIES. Em comparação com o grupo de controle dos alunos que não são beneficiados por nenhum dos três programas aqui mencionados, 7,1% eram assistidos com algum apoio em 2013, três pontos percentuais a mais que no ano de 2009, mas, mesmo para o grupo de controle, mais de 70% destes estavam matriculados em IES públicas.

No ano de 2017, o número de beneficiários do PROUNI que recebem algum apoio social atinge 950, enquanto no FIES este número reduz para 1253 (cerca de 0,85% dos

matriculados). Exceto pelo REUNI, em 2017, para todos os grupos de alunos aqui analisados (abarcados pelo FIES, abarcados pelo PROUNI, abarcados pelo REUNI, abarcados por qualquer programa e o grupo de controle não abarcado por nenhum programa), o percentual de alunos com apoio social reduziu consideravelmente, conforme disposto na Tabela 21.

Tabela 21 – Percentual de alunos que recebem apoio social de permanência no ensino superior mineiro para 2009, 2013 e 2017

PROGRAMA x CES	2009	2013	2017
<b>PROUNI</b>	1,2%	1,7%	1,4%
<b>FIES</b>	1,2%	3,0%	0,85%
<b>REUNI</b>	13,8%	21,8%	24,7%
<b>TOTAL BENEFICIARIOS</b>	2,3%	5,0%	3,0%
<b>NÃO BENEFICIARIOS</b>	4,2%	7,2%	6,1%
<b>TOTAL ALUNOS</b>	3,9%	6,8%	5,3%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do INEP (2009, 2013, 2017).

Importante ressaltar que, em 2015, ocorreu alteração nas regras de elegibilidade tanto dos alunos quanto das IES participantes do FIES de tal forma que, conforme já mencionado anteriormente, pode ter alterado a média da renda dos alunos participantes (ver discussão quanto ao ENEM no item 2.1.3 deste texto). Embora não sejam apresentadas variáveis no CES que possam auxiliar na confirmação dessa suspeita, ao assumir como premissa que um aluno que recebe apoio é mais econômico-socialmente fragilizado, nota-se devida alternância de paradigma entre 2013 e 2017, com justificativa pelo menos para o FIES, embora a redução tenha sido generalizada.

Além disso, para os alunos do REUNI eram oferecidos apoios para permanência, em 2009, para 13,8% dos alunos beneficiados em MG, sendo em sua maioria apoios de cunho social. Em 2013, esse percentual chega a quase 22%, e em 2017 atinge quase um quarto dos estudantes. Conforme já mencionado, a grande maioria (85% em 2017) desse tipo de apoio é disponibilizado para alunos das IES públicas, mas o percentual de alunos apoiados é ainda maior nas IES do REUNI, como apontado na Tabela 22.

Tabela 22 – Percentual de alunos que recebem apoio social de permanência no ensino superior público mineiro para 2009, 2013 e 2017

	2009	2013	2017
<b>IES REUNI</b>	13,8%	21,8%	24,7%

<b>IES NÃO REUNI</b>	13,1%	17,9%	15,2%
<b>TOTAL IES PÚBLICAS</b>	13,1%	18,2%	15,9%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do INEP (2009, 2013, 2017).

Para além dos programas citados, quando se trata de estudar o ensino superior das duas últimas décadas, é importante mencionar a chamada Lei das Cotas de 2012, que designa 50% das vagas ofertadas pelas IES de gestão federal para alunos egressos da escola pública, de baixa renda e negros e pardos (BRASIL, 2012). Em 2009 as cotas atreladas a renda eram mais populares nas IES particulares, porém, a partir de 2013, a situação se inverte e o percentual de alunos das IES públicas ingressantes por vagas reservadas a alunos de baixa renda atinge mais de 10% dos matriculados no ensino superior mineiro em 2017, salto que pode ser muito provavelmente atribuído à Lei das Cotas.

Desses alunos matriculados no ensino superior mineiro através das cotas atreladas diretamente à renda em 2009, nenhum era aluno beneficiado do REUNI, apenas 9 eram alunos do PROUNI e 125 eram beneficiados do FIES. Em 2013, a situação estava invertida: 528 alunos eram estudantes do REUNI (cerca de 3% dos beneficiados), contra nenhum do FIES ou do PROUNI. Em 2017, cerca de 18% dos alunos do REUNI estavam matriculados através de reserva de vagas para alunos de baixa renda, ao passo que menos de 0,15% dos alunos abarcados pelo PROUNI ou pelo FIES naquele ano se utilizaram de cotas deste tipo. A Lei de Cotas afetar diretamente as universidades públicas é explicação suficiente para justificar a discrepância entre os números deste indicador nos três censos do ensino superior aqui analisados.

Importante, porém, não esquecer que, embora as IES públicas (e, por definição, o REUNI) ofereçam mais auxílios de permanência e reservem mais vagas a estudantes de baixa renda, os programas PROUNI e FIES já são, em sua concepção, direcionados a estudantes economicamente marginalizados. Como cita Sampaio (2011) especificamente sobre o ingresso de alunos econômico-socialmente desfavorecidos a IES públicas, “chegar ao ensino superior em nada se configura como algo “natural” para esse grupo, diferentemente do que se observa nas classes médias e intelectualizadas” (SAMPAIO, 2011), ou seja, é um grupo que, para o acesso ao ensino superior público, já está em desvantagem no momento zero. Daí a importância de ações afirmativas como a do FIES e do PROUNI, que atuam diretamente no acesso de grupos desfavorecidos, e não só no aumento de vagas.

Um último adendo, embora não menos importante, é sobre o período do dia em que os alunos do ensino superior estudam. Há evidência empírica de que os alunos de cursos diurnos em geral trabalham menos horas que os alunos de cursos noturnos, isso em geral porque alunos do período noturno já começam o curso em emprego de período integral (40 horas semanais ou mais), ao contrário de alunos que estudam em outro período, que começam o curso ainda sem emprego (LIMONGI et al., 2000). Pode-se atribuir isso à necessidade do aluno de custear o curso, mas também à necessidade de o aluno cumprir com outras despesas, auxiliando na renda familiar, por exemplo.

Para o CES de 2009, não consta a informação do turno em que o aluno estudou. Porém, tanto para o censo de 2013 quanto para o de 2017, é possível observar que o período em que há mais alunos da iniciativa pública estudando é exatamente o período integral, em que os alunos tendem a trabalhar menos (provavelmente alunos mais privilegiados economicamente). Nos dois censos analisados, a maioria dos alunos estudam no período noturno, mas conforme posto na Tabela 23, este percentual é ainda maior para alunos beneficiados pelo FIES (mais de 76%) ou pelo PROUNI (mais de 74%) que em comparação com os alunos do REUNI, e maior ainda em comparação com os alunos não abarcados por nenhum dos três programas. Isto pode ser atribuído ao fato de que parte das bolsas ofertadas por esses programas não serem integrais, requerendo que o aluno de baixa renda trabalhe para complementar o custo da formação, diferente do REUNI, por exemplo.

Tabela 23 – Percentual de alunos matriculados no período noturno do ensino superior mineiro em 2013 e 2017 no FIES, PROUNI ou REUNI

	2013	2017
<b>PROUNI</b>	74,0%	74,2%
<b>FIES</b>	77,8%	76,5%
<b>REUNI</b>	44,5%	64,6%
<b>TOTAL BENEFICIÁRIOS</b>	74,5%	72,7%
<b>NÃO BENEFICIÁRIOS</b>	65,2%	60,7%
<b>TOTAL ALUNOS</b>	66,9%	63,9%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do INEP (2013, 2017).

## 5. Considerações Finais

A observação programa a programa quanto ao perfil dos alunos do ensino superior de Minas Gerais para os anos de 2009, 2013 e 2017 apontou algumas informações relevantes.

A primeira a se apontar é o potencial de expansão da participação feminina no ensino superior representado pelo FIES. Tanto para o total de alunos, quanto para os beneficiados em todos os três programas, e para o grupo de controle, a participação feminina atinge a média da população total mineira nos três anos estudados neste trabalho, mas observando o universo das matrículas do FIES, esse percentual é ainda maior. Para os três anos aqui estudados, o FIES é o programa, dentre os escolhidos, que mais apresenta significância estatística quanto a aumentar a média de mulheres nas matrículas do ensino superior mineiro. Mesmo sob a ótica dos cursos de maior prestígio e maior demanda, as mulheres do FIES são maioria das matrículas, exceto apenas pelas engenharias. E mesmo neste curso, atribuído a uma tarefa masculina pela divisão sexual do trabalho, as beneficiadas do FIES são mais representativas que dentre as beneficiárias do PROUNI.

A participação de pessoas negras ou pardas no ensino superior foi negligenciada até o início desses programas, ao ponto de sequer existir esse tipo de levantamento até o século XXI. Quando observando a participação desse grupo dentre os matriculados em Minas Gerais para os anos de 2009, 2013 e 2017 via FIES ou PROUNI, é possível notar sempre maior percentual de matrículas de pessoas não brancas entre os beneficiários do que entre o grupo de controle, principalmente após a Lei de Cotas, aumentando essa participação inclusive entre o grupo e controle (não abarcados pelo PROUNI, pelo RUENI ou pelo FIES).

Por outro lado, o REUNI não se mostra tão eficiente no aumento da diversidade racial no âmbito das IES públicas, mantendo esse contingente muito próximo da média no ensino superior mineiro em geral em 2013 e, embora esse percentual seja melhor que o apresentado em 2009, a representatividade de negros e pardos beneficiados pelos REUNI é pior que a média do estado, que por sua vez já não condiz com a distribuição racial da população mineira. Mesmo em 2017, quando o percentual de inscritos não brancos do REUNI ultrapassa a metade, o teste de significância para este ano apresenta que o REUNI explica mais a participação de alunos brancos em seu sistema, que o contrário.

No que tange ao alcance de pessoas mais pobres ao ensino superior a análise é mais delicada e consistiu em assumir algumas premissas. Uma delas foi considerar que os alunos do ensino superior que estudam no período noturno têm renda menor que aqueles que optam por estudar ao longo do dia todo, que levou à conclusão de que há mais alunos de baixa renda matriculados no ensino superior via FIES e PROUNI que nas duas universidades utilizadas como representativas do REUNI.

Porém, há maior oferta de apoios financeiros que auxiliam na permanência do aluno no ensino superior e vagas reservadas para alunos fragilizados – em geral, ofertados aos alunos de menor renda – nas IES públicas, incluindo as do REUNI, que na iniciativa privada. Ainda que, conforme já mencionado, esses apoios e vagas têm caráter mais compensatório, visto que o programa do REUNI opta por aumentar as vagas em geral, enquanto o PROUNI e o REUNI focam diretamente na inclusão de grupos marginalizados.

Também se observa maior percentual de alunos egressos do ensino médio público entre as matrículas do FIES e do PROUNI, ou seja, na iniciativa privada, que dentre os beneficiários do REUNI. Este último, inclusive, apresenta distribuição muito parecida com a de alunos que não participam de nenhum dos três programas. Até mesmo quando se aplicou o teste t, a significância deste recurso quanto a matrículas de ex-alunos de escola pública não só é menor que a dos outros programas, como também é inversa, ou seja, apresenta maior significância quanto a abarcar alunos que cursaram o ensino médio privado.

Dentre os três programas estudados, pelo menos para o estado de Minas Gerais em 2009, 2013 e 2017, pode-se inferir que, apesar de aumentar o número de vagas disponíveis, o REUNI seria o programa que menos contribui para alterar o perfil padrão de alunos do ensino superior brasileiro, sendo a maioria seus beneficiados ainda parte privilegiada da sociedade (homens, brancos e de renda familiar mais alta).

O PROUNI apresenta participação relevante de beneficiários negros e pardos, principalmente considerando os alunos de bolsa integral, bem como é o programa que mais beneficia alunos advindos do ensino básico público. O FIES, por sua vez, apresenta a melhor representatividade feminina entre os três programas, além de representar em sua grande maioria alunos em cursos noturnos, que também é considerado neste trabalho como indicador de inclusão de alunos de baixa renda.

Embora o PROUNI e o FIES sejam representados neste trabalho com maior potencial de abarcar alunos de mais baixa renda considerando o turno do dia em que estudam – e a possibilidade que este turno dá ao aluno de trabalhar ao longo do curso –, é importante avaliar se este é um efeito que se deseja obter com estes programas. Pela ótica adotada neste trabalho, este grupo de alunos são mais pobres, de forma que sua considerável participação seria um indicador de inclusão social, mas também é notável que alunos que precisam trabalhar ao longo do período de graduação tendem a aproveitar menos os cursos que aqueles que podem se dedicar exclusivamente à graduação (DUTRA-THOMÉ et al, 2016).

Apesar de os dois programas serem muito similares em seus feitos para com os beneficiários, observa-se algumas divergências que podem trazer outras nuances quanto a seu impacto cultural e acadêmico. Por exemplo, a maior parte das vagas ofertadas pelo PROUNI são em IES privadas sem fins lucrativos (cerca de 55%), diferente do FIES, que a proporção é maior para IES com fins lucrativos (INEP, 2013, 2017). Também é importante dizer que, apesar de a maioria das vagas de ambos os programas estarem destinadas às IES organizadas como Faculdades, o PROUNI apresenta mais vagas em IES privadas categorizadas como Universidades (cerca de 32%) que o FIES (13,8%), ou seja, oferta vagas com maior potencial de desenvolvimento de pesquisas e carreiras acadêmicas, além de maior participação nos cursos de pós-graduação. Visto esse critério, o REUNI oferta vagas apenas em Universidades (MEC, 2018), ou seja, os alunos abarcados neste programa tendem a ter maior contato com pesquisa e desenvolvimento.

Em suma, quando se pensa sobre o ciclo intergeracional da pobreza, ou seja, a perpetuação da marginalização de indivíduos ao longo das gerações de suas famílias, e contrasta a inclusão dessa nova geração no ensino superior com a de seus pais, é mais provável que os alunos do FIES ou do PROUNI estejam rompendo com este ciclo, ou seja, que os filhos sejam a primeira geração no ensino superior e, conseqüentemente com melhores condições no mercado de trabalho, do que no caso dos alunos do REUNI, em que, dado sua pouca eficiência em incluir grupos menos favorecidos, perpetua a organização socioeconômica das famílias.

Se há que se tomar uma decisão quanto a qual programa de incentivo ao ensino superior deve-se investir os recursos e energia necessária do Estado, este trabalho apresenta mais argumentos a favor dos programas voltados ao subsídio de vagas ofertadas pela iniciativa privada que, além de terceirizar a atividade ao setor privado, parece ter maior retorno quanto à



inclusão de grupos historicamente marginalizados do ensino superior brasileiro. Considerando que o objetivo principal destes programas, ao tomarem espaço considerável dentro das decisões do governo federal brasileiro, seja expandir e massificar o acesso desses grupos ao ensino superior e contribuir para a mobilidade social destes grupos, o FIES e o PROUNI foram, nos anos aqui estudados, para os alunos do estado de Minas Gerais, mais bem sucedidos que o REUNI.

Por fim, cabe dizer que as análises do presente trabalho são exploratórias e baseadas em metodologia incondicional, por meio da realização de testes  $t$ , ou seja, não são realizadas análises de regressão econométrica condicionais que permitiriam comparar o impacto desses programas em indivíduos com perfis semelhantes e concluir sobre a correlação entre algumas características tais como sexo e raça/cor e a participação nos programas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGIAR, V. Um balanço das políticas do governo Lula para a educação superior: continuidade e ruptura. Rev. Sociol. Polit. vol.24 no.57. Curitiba. PR. 2016. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-44782016000100113](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782016000100113)> Acesso em: out. 2019.

AMARAL, N. C.; CATANI, A.M.; DOURADO, L.F.; MOEHLECKE, S. OLIVEIRA, J.F. Políticas de Acesso e Expansão da Educação Superior: concepções e desafios. Textos Para Discussão nº3. Brasília. DF. 2006. Disponível em: <[encurtador.com.br/czCPZ](http://encurtador.com.br/czCPZ)> Acesso em out. 2019.

ARTES, A.; RICOLDI, A. Mulheres no ensino superior brasileiro: espaço garantido e novos desafios. Fundação Carlos Chagas. São Paulo. SP. 2016. Disponível em: [http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0874-55602016000100011](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-55602016000100011) Acesso em dez. 2019.

APRILE, M.R. BARONE, R.E.M. Educação superior: políticas públicas para inclusão social. Rev. @mbienteeducação vol. 2. nº1. São Paulo. SP. 2009. Disponível em: <<http://publicacoes.unicid.edu.br/index.php/ambienteeducacao/article/view/534/505>> Acesso em out. 2019.

BARBOSA, M. C. B., SILVA, R. SILVEIRA, F. L., Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM): Uma análise crítica. Rev. Bras. Ensino Fís. vol. 37 nº1. São Paulo. 2015.

BRASIL. Diretrizes gerais do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais REUNI. 2007. Disponível em: <<http://www.reuni.ufscar.br/diretrizes-reuni>>. Acesso em: mai. 2019.

BRASIL. Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LEIS\\_2001/L10260compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10260compilado.htm)>. Acesso em: mai. 2019.

BRASIL. Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Lei/L11096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11096.htm)>. Acesso em: mai. 2019.

BRASIL. Lei nº 11.944, de 28 de maio de 2009. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Lei/L11944.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11944.htm)>. Acesso em: out. 2019.

BRASIL. Decreto nº 7.872, de 26 de dezembro de 2012. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7872.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7872.htm)>. Acesso em: out. 2019.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm)>. Acesso em: mai. 2019.

BRASIL. Decreto nº 8.948 de 29 de dezembro de 2016. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/decreto/d8948.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8948.htm)>. Acesso em: mai. 2019.

BRASIL. Lei nº 13.530, de 7 de dezembro de 2017. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Lei/L13530.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13530.htm)>. Acesso em: mai. 2019.

CARVALHO, C.H.A. O PROUNI no Governo Lula e o jogo político em torno do acesso ao ensino superior. Campinas. SP. 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302006000300016](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302006000300016)>. Acesso em: mai. 2019.

CENSO da Educação Superior – Inep. Disponível em <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior>>

DUTRA-THOMÉ, L. KOLLER, S.H. PEREIRA, A.S. O Desafio de Conciliar Trabalho e Escola: Características Sociodemográficas de Jovens Trabalhadores e Não-trabalhadores. Psicologia: Teoria e Pesquisa. Vol. 32. Porto Alegre. RS. 2016.

EHRL, P. MONASTERIO, L.M. ROCHA, W.M. Análise de impacto do fies sobre o salário do trabalhador formal. Brasília. DF. 2016. Disponível em: <[https://www.anpec.org.br/encontro/2016/submissao/files\\_I/i13-7a36172c5226550887c715fc5efc85dc.pdf](https://www.anpec.org.br/encontro/2016/submissao/files_I/i13-7a36172c5226550887c715fc5efc85dc.pdf)>. Acesso em: out. 2019.

FONSECA, R. M. Democracia e acesso à universidade no Brasil: um balanço da história recente (1995-2017). Curitiba. PR. 2017. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-40602018000500299&lang=en](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602018000500299&lang=en)>. Acesso em: mai. 2019.

GILIOLI, R.S.P. Um Balanço do FIES: Desafios, Perspectivas e Metas do PNE. Brasília. DF. 2017. Disponível em: <<http://encurtador.com.br/eoS01>>. Acesso em: set. 2019

GUIMARÃES, A. S. A. Acesso de Negros às Universidades Públicas. Cadernos de Pesquisa nº 118. São Paulo. SP. 2003.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho. Cadernos de Pesquisa nº37. São Paulo. SP. 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA (IBGE). Censo Demográfico 2010. Tabela 3175 - População residente, por cor ou raça, segundo a situação do domicílio, o sexo e a idade. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/3175#notas-tabela>> Acesso em: abr. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016. Tabela 6.1 - Famílias residentes em domicílios particulares e valor do rendimento médio mensal das famílias residentes em domicílios particulares, por situação do domicílio, segundo as classes de rendimento mensal familiar - Minas Gerais - 2015. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/rendimento-despesa-e-consumo/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html?edicao=9128&t=destaques>> Acesso em: abr. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=series-historicas>> Acesso em: set. 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Censo da Educação Superior: Sinopse Estatística – 2009. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: ago. 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Censo da Educação Superior: Sinopse Estatística – 2010. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: ago. 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Censo da Educação Superior: Sinopse Estatística – 2011. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: ago. 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Censo da Educação Superior: Sinopse Estatística – 2012. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: ago. 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Censo da Educação Superior: Sinopse Estatística – 2013. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: ago. 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Censo da Educação Superior: Sinopse Estatística – 2014. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: ago. 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Censo da Educação Superior: Sinopse Estatística – 2015. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: ago. 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Censo da Educação Superior: Sinopse Estatística – 2016. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: ago. 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Censo da Educação Superior: Sinopse Estatística – 2017. Disponível em:

<<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: ago. 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Censo da Educação Superior: Sinopse Estatística – 2017. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: ago. 2019.

LIMONGI, F; SAMPAIO, H; TORRES, H. Equidade e heterogeneidade no ensino superior brasileiro. Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo. São Paulo. SP. 2000. Disponível em: <<http://nupps.usp.br/downloads/docs/dt0001.pdf>>. Acesso em: out. 2019.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). Análise sobre a Expansão das Universidades Federais 2003 a 2012. 2012. Disponível em: <<http://encurtador.com.br/GRSY1>>. Acesso em: mai. 2019.

MINISTERIO DA EDUCAÇÃO (MEC). Quem pode se inscrever no ProUni? Portal do Ministério da Educação. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/guia-de-tecnologias/edital-2009/40-perguntas-frequentes-911936531/prouni-1484253965/170-quem-pode-se-inscrever-no-prouni>>. Acesso em: nov. 2019.

MINISTERIO DA EDUCAÇÃO (MEC). Qual é a diferença entre faculdades, centros universitários e universidades? Portal do Ministério da Educação. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/pet/127-perguntas-frequentes-911936531/educacao-superior-399764090/116-qual-e-a-diferenca-entre-faculdades-centros-universitarios-e-universidades>>. Acesso em: nov. 2019.

MINISTERIO DA EDUCAÇÃO (MEC). Reuni: Reestruturação e expansão das universidades federais. Portal do Reuni. Disponível em: <<http://reuni.mec.gov.br/>>. Acesso em: set. 2019.

SAMPAIO, SMR., org. Entre a escola pública e a universidade: longa travessia para jovens de origem popular. In: *Observatório da vida estudantil: primeiros estudos* [online]. Salvador: EDUFBA, 2011, pp. 27-51. Disponível em <<http://books.scielo.org/id/n656x/pdf/sampaio-9788523212117-03.pdf>> . Acesso em: nov. 2020.

SCHWARTZMAN, J; SCHWARTZMAN, S. O ensino superior privado como setor econômico. Brasília. DF. 1992. Disponível em <<http://www.schwartzman.org.br/simon/pdf/suppriv.pdf>>. Acesso em out. 2019.

# APÊNDICE A – LISTA DE VARIÁVEIS UTILIZADAS NA PESQUISA

Nº	VARIÁVEL	DESCRIÇÃO	OBSERVAÇÃO
1	CO_IES	Código único de identificação da IES	Disponível para os três censos estudados
2	NO_IES	Nome da IES	Disponível para os três censos estudados
3	CO_CATEGORIA_ADMINISTRATIVA	Código da Categoria Administrativa	Disponível para os três censos estudados - equivalente a TP_CATEGORIA_ADMINISTRATIVA no CES de 2017
4	CO_ORGANIZACAO_ACADEMICA	Código da Organização Acadêmica	Disponível para os três censos estudados - equivalente a TP_ORGANIZACAO_ACADEMICA no CES de 2017
5	NO_CURSO	Nome do curso	Disponível para os três censos estudados - para o CES de 2017, a variável deve ser extraída da tabela DM_CURSO
6	CO_TURNO_ALUNO	Código do turno do curso ao qual o aluno está vinculado	Disponível para os três censos estudados - equivalente a TP_TURNO no CES de 2017
7	CO_GRAU_ACADEMICO	Código do grau acadêmico conferido ao diplomado pelo curso	Disponível para os três censos estudados - equivalente a TP_GRAU_ACADEMICO no CES de 2017
8	CO_MODALIDADE_ENSINO	Código da modalidade de ensino do curso	Disponível para os três censos estudados - equivalente a TP_MODALIDADE_ENSINO no CES de 2017
9	CO_NIVEL_ACADEMICO	Código do nível acadêmico do curso	Disponível para os três censos estudados - equivalente a TP_NIVEL_ACADEMICO no CES de 2017
10	CO_ALUNO	Código de identificação gerado pelo Inep para o aluno da Educação Superior	Disponível para os três censos estudados - equivalente a TP_MODALIDADE_ENSINO no CES de 2017
11	CO_COR_RACA_ALUNO	Código da cor/raça do aluno	Disponível para os três censos estudados - equivalente a TP_COR_RACA no CES de 2017
12	IN_SEXO_ALUNO	Informa o sexo do aluno	Disponível para os três censos estudados - equivalente a TP_SEXO no CES de 2017
13	IN_FIN_REEMB_FIES	Informa se o aluno recebe financiamento reembolsável estudantil pelo Fundo de Financiamento Estudantil (Fies)	Disponível para os três censos estudados - equivalente a IN_FIN_REEMB_FIES no CES de 2017
14	IN_FIN_NAOREEMB_PROUNI_INTEGR	Informa se o aluno recebe financiamento não reembolsável pelo Programa Universidade para Todos - ProUni Integral	Disponível para os três censos estudados - equivalente a IN_FIN_NAOREEMB_PROUNI_INTEGR no CES de 2017



15	IN_FIN_NAOREEMB_PROUNI_PARCIAL	Informa se o aluno recebe financiamento não reembolsável pelo Programa Universidade para Todos - ProUni Parcial	Disponível para os três censos estudados - equivalente a IN_FIN_NAOREEMB_PROUNI_PARCIAL no CES de 2017
16	IN_APOIO_SOCIAL	Informa se o aluno recebe algum tipo de apoio social	Disponível para os três censos estudados
17	IN_APOIO_ALIMENTACAO	Informa se o aluno recebe apoio alimentação.	Disponível para os três censos estudados
18	IN_APOIO_BOLSA_TRABALHO	Informa se o aluno recebe remuneração por atividade desenvolvida dentro da IES.	Disponível para os três censos estudados
19	IN_APOIO_MATERIAL_DIDATICO	Informa se o aluno recebe apoio de material didático.	Disponível para os três censos estudados
20	IN_APOIO_MORADIA	Informa se o aluno recebe apoio moradia.	Disponível para os três censos estudados
21	IN_APOIO_TRANSPORTE	Informa se o aluno recebe apoio transporte.	Disponível para os três censos estudados
22	IN_BOLSA_ESTAGIO	Informa se o aluno recebe bolsa/remuneração por fazer atividade extracurricular de estágio não obrigatório.	Disponível para os três censos estudados
23	IN_BOLSA_EXTENSAO	Informa se o aluno recebe bolsa/remuneração por participar de atividade extracurricular de extensão.	Disponível para os três censos estudados
24	IN_BOLSA_MONITORIA	Informa se o aluno recebe bolsa/remuneração por participar de atividade extracurricular de monitoria.	Disponível para os três censos estudados
25	IN_BOLSA_PESQUISA	Informa se o aluno recebe bolsa/remuneração por participar de atividade extracurricular de pesquisa.	Disponível para os três censos estudados
26	TP_PROCEDE_EDUC_PUBLICA	Informa se o aluno concluiu o Ensino Médio em escola pública	Disponível para o CES de 2013 e para o de 2017 com a variável equivalente TP_ESCOLA_CONCLUSAO_ENS_MEDIO
27	_UNIFAL	Informa se o aluno é estudante da Universidade Federal de Alfenas (código 595)	A variável foi criada para esta pesquisa e não é disponibilizada pelo CES do INEP
28	_UFVJM	Informa se o aluno é estudante da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (código 596)	A variável foi criada para esta pesquisa e não é disponibilizada pelo CES do INEP
29	_REUNI	Informa se o aluno é beneficiário do REUNI	A variável foi criada para esta pesquisa e não é disponibilizada pelo CES do INEP
30	_FIES	Informa se o aluno é beneficiário do FIES	A variável foi criada para esta pesquisa e não é disponibilizada pelo CES do INEP
31	_PROUNI	Informa se o aluno é beneficiário do PROUNI	A variável foi criada para esta pesquisa e não é disponibilizada pelo CES do INEP
32	_PROUNIp	Informa se o aluno é beneficiário do PROUNI com bolsa parcial	A variável foi criada para esta pesquisa e não é disponibilizada pelo CES do INEP

33	_PROUNI	Informa se o aluno é beneficiário do PROUNI com bolsa integral	A variável foi criada para esta pesquisa e não é disponibilizada pelo CES do INEP
34	_BENEFICIARIOS	Informa se o aluno é beneficiário do FIES, do PROUNI ou do REUNI	A variável foi criada para esta pesquisa e não é disponibilizada pelo CES do INEP
35	_FIESPROUNI	Informa se o aluno é beneficiário do FIES e do PROUNI	A variável foi criada para esta pesquisa e não é disponibilizada pelo CES do INEP
36	_SEXO	Informa o sexo do aluno	A variável foi criada para esta pesquisa e não é disponibilizada pelo CES do INEP
37	_IESPUBLICA	Informa se o aluno estuda em IES pública	A variável foi criada para esta pesquisa e não é disponibilizada pelo CES do INEP
38	_PRETOPARDO	Informa se o aluno é preto ou pardo	A variável foi criada para esta pesquisa e não é disponibilizada pelo CES do INEP
39	_ESCOLAPUBLICA	Informa se o aluno estudou o ensino médio em escola pública	A variável foi criada para esta pesquisa e não é disponibilizada pelo CES do INEP
40	_NAOBRANCO	Informa se o aluno não é autodeclarado branco	A variável foi criada para esta pesquisa e não é disponibilizada pelo CES do INEP
41	_APOIO	Informa se o aluno recebe algum tipo de apoio social	A variável foi criada para esta pesquisa e não é disponibilizada pelo CES do INEP
42	_RESERVA	Informa se o aluno ingressou por meio de reserva de vagas	A variável foi criada para esta pesquisa e não é disponibilizada pelo CES do INEP
43	_RESERVARENDA	Informa se o aluno ingressou por meio de reserva de vagas relacionadas a renda	A variável foi criada para esta pesquisa e não é disponibilizada pelo CES do INEP
44	_NOTURNO	Informa se o aluno estuda no período noturno	A variável foi criada para esta pesquisa e não é disponibilizada pelo CES do INEP